

Reforma ou Revolução

1900

Escrito: 1900. Revisto em 1908. **Primeira Edição:** 1900 (segunda edição revista 1908). **Fonte:** "Social Reform or Revolution", by Rosa Luxemburg, Militant Publications, London, 1986 (no copyright). **Tradução de:** Anónimo.

Transcrição de: Fernando Araújo. **HTML de:** [José Braz](#) para [The Marxists Internet Archive](#). **Direito de Reprodução:** Luxemburg Internet Archive ([marxists.org](#)), 2002. A cópia ou distribuição deste documento é livre e indefinidamente garantida nos termos da [GNU Free Documentation License](#).

Prefácio

PRIMEIRA PARTE

1. O Método Oportunista

2. A Adaptação do Capitalismo

3 A Realização do Socialismo pelas Reformas Sociais

4. A Política Alfandegária e o Militarismo 5. Conseqüências Práticas e Caráter Geral do Revisionismo

SEGUNDA PARTE

1. O Desenvolvimento Económico e o Socialismo

2. Os Sindicatos, as Cooperativas e a Democracia Política

3. A Conquista do Poder Político

4. A Derrocada

5. O Oportunismo na Teoria e na Prática

Índice de Nomes

Prefácio

A primeira vista, o título deste livro pode parecer surpreendente. Reforma social ou revolução? Pode, portanto, a social-democracia opor-se às reformas sociais? Ou pode impor a revolução social, a subversão da ordem estabelecida, que é o seu objetivo social último? Evidentemente que não. Para a social-democracia lutar dia a dia, no interior do próprio sistema existente, pelas reformas, pela melhoria da situação dos trabalhadores, pelas Instituições democráticas, é o único processo de iniciar a luta da classe proletária e de se orientar para o seu objetivo final, quer dizer: trabalhar para conquistar o poder político e abolir o sistema salarial. Entre a reforma social e a revolução, a social-democracia vê um elo Indissolúvel: a luta pela reforma social é o meio, a revolução social o fim.

Esses dois elementos fulcrais do movimento operário encontram-se opostos, pela primeira vez, nas teses de Edouard Bernstein, tal como foram expostos nos seus artigos sobre os problemas do socialismo, publicados no Neue Zeit em 1897-1898 ou ainda no seu livro Intitulado: Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie. Toda a sua teoria visa uma única coisa: conduzir-nos ao abandono do objectivo último da social-democracia, a revolução social e, inversamente, fazer da reforma social, simples meio da luta de classes, o seu fim último. O próprio Bernstein exprimiu essas opções da maneira mais transparente e mais característica ao escrever: "O objectivo final, qualquer que seja, não é nada; o movimento é tudo".

Ora, o objetivo final do socialismo é o único elemento decisivo na distinção do movimento socialista da democracia burguesa e do radicalismo burguês, o único elemento que, mais do que dar ao movimento operário a tarefa inútil de substituir o regime capitalista para o salvar, trava uma luta de classe contra esse regime, para o destruir; posto isto, a alternativa formulada por Bernstein; “reforma social ou revolução”, corresponde para a social-democracia à questão: ser ou não ser .

Na controvérsia entre Bernstein e os seus partidários, o que está em jogo – e no partido cada um deve ter consciência disso – não é este ou aquele método de luta, nem o emprego desta ou aquela tática mas a própria existência do movimento socialista.

É duplamente importante que os trabalhadores tenham consciência desse facto porque é precisamente deles que se trata, da sua influência no movimento e porque é a sua pele que aqui querem vender.

A corrente oportunista no Interior do partido encontrou, graças a Bernstein, a sua formulação teórica, que é unicamente uma tentativa inconsciente de assegurar a predominância dos elementos pequeno-burgueses, aderentes ao partido, e inflectir a prática transformando, no seu espírito, os objetivos do partido.

A alternativa: reforma social ou revolução, objectivo final ou movimento é, sob outra capa, a alternativa entre o carácter do pequeno-burguês ou proletário do movimento operário.

PRIMEIRA PARTE

1. O Método Oportunista

Se é verdade que as teorias são as imagens dos fenómenos do mundo exterior reflectidas no cérebro humano, é necessário acrescentar que, no concernente às teses de Bernstein, são imagens invertidas. A tese da instauração do socialismo por meio de reformas sociais – depois do abandono definitivo das reformas na Alemanha! A tese do controlo da produção pelos sindicatos – depois do falhanço dos construtores de máquinas ingleses! A tese de uma maioria parlamentar socialista – depois da revisão da constituição saxónica e dos atentados no Reichstag ao sufrágio universal ¹. Entretanto, o essencial da teoria de Bernstein não é a sua concepção das tarefas práticas da social-democracia, o que interessa é a tendência objectiva da evolução da sociedade capitalista que decorre paralela a essa concepção. Segundo Bernstein, um desmoronamento total do capitalismo é cada vez mais improvável porque, por um lado, o sistema capitalista demonstra uma capacidade de adaptação cada vez maior e, por outro lado, a produção é cada vez mais diferenciada. Ainda na opinião de Bernstein, a capacidade de adaptação do capitalismo manifesta-se primeiro no facto de já não existir crise generalizada, o que se deve à evolução do crédito das organizações patronais, das comunicações e dos serviços de informação; segundo, na tenaz sobrevivência das classes médias, resultado da diferenciação crescente dos ramos da produção e da elevação de largas camadas do proletariado ao nível das classes médias; terceiro, finalmente, melhoria económica e política do proletariado, através da acção sindical.

Essas observações conduzem a consequências gerais para a luta prática da social-democracia que, na óptica de Bernstein, não deve visar a conquista do poder político, mas melhorar a situação da classe trabalhadora e instaurar o socialismo não na sequência de uma crise social e política, mas por uma extensão gradual do controlo social da economia e pelo estabelecimento progressivo de um sistema de cooperativas.

O próprio Bernstein não vê nada de novo nessas teses. Pensa, muito pelo contrário, que estão em conformidade tanto com algumas declarações de Marx e Engels como com a orientação geral até agora seguida pela social-democracia.

No entanto é incontestável que a teoria de Bernstein está em absoluta contradição com os princípios do socialismo científico. Se o revisionismo se limitasse à previsão de uma evolução do capitalismo muito mais lenta do que é normal atribuir-se-lhe, poder-se-ia unicamente inferir um

¹ Cada Estado (Land) do Império Alemão tinha a sua Constituição e o seu Parlamento (Landstag) . Depois da considerável expansão do movimento socialista, e desde a abolição da lei de excepção, o Saxe instaurou um sistema eleitoral análogo ao existente na Prússia baseado nas categorias do rendimento (Dreiklassenwahl)

espaçamento da conquista do poder pelo proletariado, o que na prática resultaria simplesmente num abrandamento da luta.

Mas não se trata disso. O que Bernstein põe em causa não é a rapidez dessa evolução, mas a evolução do capitalismo em si mesma e, por consequência, a passagem ao socialismo. Na tese socialista, na afirmação que o ponto de partida da revolução socialista será uma crise geral e catastrófica, é preciso, em minha opinião, distinguir duas coisas: a ideia fundamental e a sua forma exterior.

A ideia é, supõe-se, que o regime capitalista fará nascer de si próprio, a partir das suas contradições internas, o momento em que o seu equilíbrio será rompido e onde se tornará propriamente impossível. Que se imaginava esse momento com a forma de uma crise comercial geral e catastrófica, havia fortes razões para o fazer, mas é, em última análise, um detalhe acessório da ideia fundamental. Com efeito, o socialismo científico apoia-se, é sabido, em três dados fundamentais do capitalismo: 1º, na anarquia crescente da economia capitalista que conduzirá fatalmente ao seu afundamento; 2º, sobre a socialização crescente do processo de produção que cria os primeiros fundamentos positivos da ordem social futura; 3º, finalmente, na organização e na consciência de classe cada vez maiores do proletariado e que constituem o elemento activo da revolução iminente.

Bernstein elimina o primeiro desses fundamentos do socialismo científico: pretende que a evolução do capitalismo não se orienta para um afundamento económico geral. Por isso não é uma determinada forma de desmoronamento do capitalismo que rejeita, mas o próprio desmoronamento. Escreve textualmente: "Pode-se objectar que quando se fala da derrocada da sociedade actual, visa-se outra coisa que não uma crise comercial geral e mais forte que as outras, a saber, um desmoronamento completo do sistema capitalista em consequência das suas contradições".

E refuta essa objecção nestes termos: "Uma derrocada completa e mais ou menos geral do sistema de produção actual é a consequência do desenvolvimento crescente, não o mais provável, mas o mais improvável, porque este aumenta, por um lado, a sua capacidade de adaptação e por outro lado – ou melhor, simultaneamente – a diferenciação da indústria". (Neue Zeit, 1897-1898, V, 18, p. 555).

Mas então uma questão fundamental se põe: esperaremos pelo objetivo final para onde tendem as nossas aspirações e, se sim, porquê e como? Para o socialismo científico a necessidade histórica da revolução socialista é sobretudo demonstrada pela anarquia crescente do sistema capitalista que o envolve num impasse. Mas, se se admite a hipótese de Bernstein: a evolução do capitalismo não se orienta para uma derrocada – e o socialismo deixa de ser uma necessidade objectiva. Aos fundamentos científicos do socialismo restam os dois outros lados do sistema capitalista: a socialização do processo de produção e a consciência de classe do proletariado. Era ao que Bernstein aludia na passagem seguinte: [Recusar a tese do desmoronamento do capitalismo] não enfraquece de modo algum a força de convicção do pensamento socialista. Porque, examinando de mais perto todos os factores de eliminação ou de modificação das crises anteriores, constatamos que são simplesmente premissas ou mesmos germens da socialização da produção e da troca". (Neue Zeit, 1897-1898, V, 18, p. 554).

Num relance, apercebemo-nos da inexactidão destas conclusões. Os fenómenos apontados por Bernstein como sinais de adaptação do capitalismo: as fusões, o crédito, o aperfeiçoamento dos meios de comunicação, a elevação do nível de vida da classe operária, significam simplesmente isto: anulam, ou pelo menos atenuam, as contradições internas da economia capitalista; impedem que se desenvolvam e se exasperem. Assim, a desapareção das crises significa a abolição do antagonismo entre a produção e a troca numa base capitalista; assim, a elevação do nível de vida da classe operária, seja qual for, mesmo quando uma parte desses operários passa a pertencer à classe média, significa atenuação do antagonismo entre o capital e o trabalho. Se as fusões, o sistema de crédito, os sindicatos, etc., anulam as contradições do capitalismo, salvando por esse meio o sistema capitalista da catástrofe (por isso Bernstein chama-lhes "factores de adaptação") como podem constituir, ao mesmo tempo, as "premissas ou mesmo os germens" do socialismo? É indubitavelmente necessário compreender que fazem ressaltar mais claramente o carácter social da produção. Mas, conservando-lhe a

forma capitalista, tornam supérflua a passagem dessa produção socializada a produção socialista. Assim, podem ser as premissas e os germens do socialismo no sentido teórico e não no sentido histórico do termo, fenómenos que sabemos, pela nossa concepção do socialismo, serem-lhe aparentados mas não suficientes para o instaurar e muito menos para o tornar supérfluo. Só resta, como fundamento do socialismo, a consciência de classe do proletariado. Mas mesmo esta não reflecte no plano intelectual as cada vez mais flagrantes contradições internas do capitalismo ou a eminência do seu desmoronamento, porque os “factores de adaptação” impedem que se produza, reduzindo-se portanto a um ideal, cuja força de convicção repousa nas perfeições que se lhe atribuem.

Numa palavra: esta teoria fundamenta o socialismo num “conhecimento puro”, ou para usar uma terminologia clara, é o fundamento idealista do socialismo. Excluindo a necessidade histórica, não deixa de se enraizar no desenvolvimento material da sociedade. A teoria revisionista é obrigada a uma alternativa: ou a transformação socialista da sociedade é consequência, como anteriormente, das contradições internas do sistema capitalista e, então, a evolução do sistema inclui também o acerbamento das suas contradições, acabando necessariamente um dia ou outro na derrocada sob uma ou outra forma e, nesse caso, os “factores de adaptação” são ineficazes e a teoria da catástrofe é justa. Ou os “factores de adaptação” são capazes de evitar realmente o desmoronamento do sistema capitalista e assegurar a sua sobrevivência, portanto, anular essas contradições e, nesse caso, o socialismo deixa de ser uma necessidade histórica e, a partir daí, é tudo o que se queira, excepto o resultado do desenvolvimento material da sociedade. Este dilema engendra um outro: ou o revisionismo tem razão quanto à evolução do capitalismo – e nesse caso a transformação socialista da sociedade é uma utopia – ou o socialismo não é uma utopia e, nesse caso, a teoria dos “factores de adaptação” perde a sua base.

That is the question: este é o problema.

2. A Adaptação do Capitalismo

Os mais eficazes meios de adaptação da economia capitalista são a instituição do crédito, a melhoria dos meios de comunicação e as organizações patronais ².

Começamos pelo crédito. Das suas múltiplas funções na economia capitalista, a mais importante é a de aumentar a capacidade extensiva da produção e a de facilitar a troca. No caso em que a tendência interna da produção capitalista para um crescimento ilimitado ultrapassa os limites da propriedade privada, as dimensões restritas do capital privado, o crédito aparece como o meio de ultrapassar esses limites no quadro do capitalismo, intervém para concentrar um grande número de capitais privados num só – é o sistema das sociedades por ações – e para assegurar aos capitalistas a utilização de capitais estrangeiros – é o sistema de crédito industrial. Por outro lado, o crédito industrial acelera a troca das mercadorias, por conseguinte o refluxo do capital no circuito de produção. Percebe-se facilmente a influência que exercem essas duas funções essenciais do crédito na formação das crises. Sabe-se que as crises resultam da contradição entre a capacidade de extensão, a tendência expansionista da produção por um lado, e a capacidade restrita de consumo do mercado por outro lado, nesse caso o crédito é precisamente, vimo-lo já, o meio específico de destruir essa contradição tantas quantas as vezes possíveis. Em primeiro lugar, aumenta a capacidade de extensão da produção em proporções gigantescas; é a força motriz interna que a leva a ultrapassar constantemente os limites do mercado. Mas é uma faca de dois gumes. Na sua qualidade de factor de produção, contribui para provocar a superprodução, na sua qualidade de factor de troca só pode, durante a crise, ajudar na destruição radical das forças produtivas que por ele foram movimentadas. Desde os primeiros sintomas de estrangulamento do mercado, o crédito funde-se, abandona a sua função de troca precisamente no momento em que seria indispensável; revela a sua ineficácia e inutilidade quando ainda existe, e contribui, no decurso da crise, para reduzir ao mínimo a capacidade de consumo do mercado. citamos os dois efeitos principais do crédito, atuando diversamente na formação das crises. Não somente oferece aos capitalistas a possibilidade de recorrer aos capitais estrangeiros, mas

² Rosa Luxemburg dá esta designação às diversas formas modernas de concentração do capital: trusts, concentrações, etc. –(N. T.)

encoraja-os a utilizarem ativamente e sem escrúpulos a propriedade alheia, ou, dito de outra maneira, incita a especulações arrojadas. Assim, na qualidade de factor secreto da troca de mercadorias, não só agrava a crise, mas ainda facilita a sua aparição e extensão, fazendo da troca um mecanismo extremamente complexo e artificial, tendo por base real um mínimo de dinheiro-metal, facto que, na primeira ocasião, provoca perturbações nesse mecanismo. Desta forma, o crédito em vez de contribuir para destruir ou mesmo atenuar as crises é, pelo contrário, um seu agente poderoso. Não pode ser de outra maneira. A função específica do crédito consiste – exposta muito esquematicamente – em corrigir tudo o que o sistema capitalista pode ter de rigidez, introduzindo-lhe a elasticidade possível, em tornar todas as forças capitalistas extensíveis, relativas e sensíveis. Só consegue, evidentemente e por isso mesmo, facilitar e agudizar as crises que se definem como o choque periódico entre as forças contraditórias da economia capitalista.

Isto conduz-nos a um outro problema: como pode aparecer o crédito como um “factor de adaptação” do capitalismo? Qualquer que seja a forma sob a qual se imagine essa adaptação, a sua função só pode consistir na redução de um qualquer antagonismo do capitalismo, resolvendo ou atenuando uma contradição, desbloqueando as forças gripadas em tal e tal ponto do mecanismo. Ora, se existe um meio para agudizar no mais alto grau as contradições do capitalismo actual, esse meio é exactamente o crédito. Agrava a contradição entre a produção e a troca, favorecendo no máximo a tendência expansionista da produção, paralisando a troca na primeira ocasião. Agrava a contradição entre a apropriação e a propriedade, separando a produção da propriedade, transformando o capital em capital social, mas por outro lado, dá a uma parte do lucro a forma de interesse do capital, reduzindo-a a um simples título de propriedade. Agrava a contradição entre as relações de propriedade e as relações de produção, expropriando um grande número de pequenos capitalistas e concentrando forças produtivas consideráveis nas mãos de alguns. Agrava a contradição entre o carácter social da produção e o carácter privado da propriedade capitalista, tornando necessária a intervenção do Estado na produção (criação de sociedades por acções) .

Numa palavra, o crédito só consegue reproduzir as contradições polares do capitalismo, agudiza-as, acelera a produção que o precipitará no enfraquecimento, no desmoronamento. O primeiro meio de adaptação do capitalismo quanto ao crédito devia ser a supressão do crédito, a abolição dos seus efeitos. Tal como é, não constitui de modo algum um meio de adaptação, mas um factor de destruição com consequências profundamente revolucionárias. Esse carácter revolucionário que conduz o crédito a ultrapassar o capitalismo não terá ido ao ponto de inspirar planos de reforma, de espírito mais ou menos socialista? Basta olhar para esse grande representante do crédito que foi em França um Isaac [Péreire](#) cujos planos de reformas fizeram surgir, segundo Marx, como meio-profeta, meio-canalha.

Com esta mesma fragilidade aparece, quando o examinamos de mais perto, o segundo factor de adaptação da produção – as organizações patronais. Pela teoria de Bernstein deviam, regulamentando a produção, pôr fim à anarquia e prever a aparição das crises. Sem dúvida que o desenvolvimento das fusões e dos monopólios é um fenómeno que ainda não foi estudado em todas as suas diversas consequências económicas. É um problema que só se pode resolver recorrendo à doutrina marxista. De qualquer modo, uma coisa é certa: as associações patronais não conseguiram deter a anarquia capitalista, na medida em que as fusões, os monopólios, etc., se tornariam, mais ou menos aproximadamente, uma forma de produção generalizada ou dominante. Ora a própria natureza das fusões a torna impossível. O objectivo económico final e a acção das organizações é, excluindo a concorrência no interior de um sector da produção, influenciar a repartição do lucro bruto realizado no mercado, de maneira a aumentar a parte desse sector da indústria à custa de outros, precisamente por estar generalizada Prolongada a todos os sectores industriais importantes, anula por si própria o seu efeito.

Mesmo nos limites da sua aplicação prática, as associações patronais estão muito longe de suprimir a anarquia, bem pelo contrário. Normalmente as concentrações só obtêm esse aumento de lucro no mercado interno relacionando-o com o estrangeiro, com uma taxa de lucro muito inferior à parte do capital excedentário que não podem utilizar para as necessidades internas, quer dizer, vendendo as suas mercadorias no estrangeiro a melhor preço que no interior do país. Dai resulta um agravamento da concorrência no estrangeiro, um reforço da anarquia no

mercado mundial, exactamente o contrário do que se propunham conseguir. É o que prova, entre outras, a história mundial da indústria do açúcar.

Finalmente, e generalizando a sua qualidade de fenómenos ligados ao modo de produção capitalista, as associações patronais podem apenas ser consideradas como uma fase precisa da evolução capitalista. De facto, as concentrações não passam de um paliativo para a baixa fatal da taxa de lucro em certos sectores da produção. Quais os métodos utilizados pelas concentrações para obterem esse efeito? No fundo não se trata de pôr em pousio uma parte do capital acumulado, quer dizer, o mesmo método utilizado sob outra forma em períodos de crise. Ora, do remédio à doença só existe uma diferença de grau e o remédio só pode passar por um mal menor durante um certo tempo. No dia em que as saídas tendam a estreitar-se, com o mercado mundial desenvolvido ao máximo e esgotado pela concorrência dos países capitalistas, – e não se pode negar que esse dia chegará mais tarde ou mais cedo – a imobilização parcial ou forçada do capital terá dimensões consideráveis: o remédio transformar-se-á no próprio mal e o capital, fortemente socializado pela organização e concentração, transformar-se-á novamente em capital privado. Enfrentando as dificuldades crescentes para encontrar um lugar no mercado, cada parte privada do capital preferirá tentar isoladamente a sua oportunidade. Nesse momento, as organizações rebentam como balões, dando lugar a um agravamento da concorrência ³.

No conjunto, as fusões, tal como o crédito, aparecem como fases bem determinadas do desenvolvimento que, em última análise, apenas contribuem para aumentar a anarquia do mundo capitalista, manifestando em si próprias e levando à exaustão todas as suas contradições internas. Agravam o antagonismo existente entre o modo de produção e o modo de troca, agudizando a luta entre produtores e consumidores; temos um exemplo nos Estados Unidos da América. Agravam, por outro lado, a contradição entre o modo de produção e o modo de apropriação, opondo à classe operária, da maneira mais brutal, a força superior do capital organizado, conduzindo assim ao extremo o antagonismo entre o capital e o trabalho. Por fim, agravam a contradição entre o carácter internacional da economia capitalista mundial e o carácter nacional do Estado capitalista, porque sempre se fazem acompanhar de uma guerra alfandegária generalizada, exasperando assim os antagonismos entre os diferentes Estados capitalistas. A tudo isto acresce a influência revolucionária exercida pelas fusões na concentração da produção, no seu aperfeiçoamento técnico, etc.

Assim, quanto à acção exercida na economia capitalista, as concentrações industriais, os monopólios, não aparecem como “factor de adaptação” apropriado para lhe atenuar as contradições, mas antes como um dos meios que inventa para agravar a sua própria anarquia, desenvolver as suas contradições internas, acelerar a sua própria ruína.

Entretanto, se o sistema de crédito, se as concentrações, etc., não eliminam a anarquia do mundo capitalista, como se explica que, durante dois decénios, desde 1873, não se tenha produzido nenhuma grande crise comercial? Não será isso um sinal de que o modo de produção capitalista se adaptou – pelo menos nas suas linhas fundamentais – às necessidades da sociedade, contrariamente à análise feita por Marx? A resposta não se fez esperar. Mal Bernstein arrumara, em 1898, a teoria marxista das crises entre as ideias antigas, rebentou uma violenta

³ Numa nota ao livro III do Capital, F. Engels escreveu em 1894: “Desde que estas linhas foram escritas (1865), a concorrência aumentou consideravelmente no mercado mundial, devido ao rápido desenvolvimento industrial de todos os países civilizados. especialmente na América e na Alemanha. A constatação do rápido e gigantesco crescimento das forças produtivas modernas ultrapassa em cada dia e cada vez mais as leis da troca capitalista das mercadorias, no quadro das quais essas forças se devem movimentar, e esta constatação impõe-se na hora actual com uma evidência progressivamente crescente, mesmo perante a consciência dos capitalistas. Esta constatação verifica-se sobretudo através de dois sintomas. Em primeiro lugar, na mania proteccionista que se generalizou e difere do anterior sistema .proteccionista principalmente por proteger em particular os artigos mais aptos para a exportação. Depois, nos monopólios através dos quais os fabricantes de grandes grupos totais de produção regulamentam a produção e, por consequência, os preços e os lucros. Note-se que essas experiências só são possíveis quando a situação económica é relativamente favorável. A primeira perturbação reduzi-las-á a nada e demonstrará que, embora a produção precise de ser regulamentada, não é certamente a classe capitalista que será chamada a fazê-lo. Enquanto esperam, esses monopólios em concentração só têm um objectivo: tomar todas as medidas para que os mais pequenos sejam engolidos pelos maiores e ainda mais rapidamente que no passado”. (Capital III, tomo IX, 'PP. 204- -205, tradução Molitor, ed. Costes)

crise geral em 1900; sete anos depois uma nova crise abalou os Estados Unidos, atingindo todo o mercado mundial. Assim, a teoria da "adaptação" do capitalismo foi desmentida por factos eloqüentes. O próprio desmentido demonstrou que aqueles que abandonavam a teoria marxista das crises, pela única razão que nenhuma crise tinha rebentado no "prazo" previsto para que isso sucedesse, tinham confundido a essência dessa teoria com um dos seus aspectos exteriores secundários: o ciclo dos dez anos. Ora, a fórmula do período decenal, fechando todo o ciclo da indústria capitalista, era para Marx e Engels, nos anos 60 e 70, uma simples constatação dos factos: esses factos não correspondiam a uma lei natural, mas a uma série de circunstâncias históricas determinadas; estavam ligados à extensão por saltos, da esfera de influência do jovem capitalismo.

A crise de 1825 foi de facto o resultado dos grandes investimentos de capitais para a construção de estradas, canais e fábricas de gás que se realizaram no decurso do precedente decênio e principalmente em Inglaterra onde rebentou a crise. Da mesma maneira, a crise seguinte, de 1836 a 1839, foi consequência de investimentos formidáveis na construção de meios de transporte. É sabido que a crise de 1847 foi provocada pelo impulso febril da construção dos caminhos de ferro ingleses (de 1844 a 1847, quer dizer, em somente três anos, o Parlamento inglês cedeu concessões das linhas de caminho de ferro por um valor de 'quase 15 bilhões de taleres). Por consequência, nesses três casos, são as diferentes e novas formas de expansão da economia capitalista, a criação das novas bases do desenvolvimento capitalista que estão na origem das crises. Em 1857, assiste-se à brusca abertura de novos mercados para a indústria europeia na América e na Austrália, logo a seguir à descoberta das minas de ouro: depois foi, sobretudo em França, na esteira do exemplo inglês, a construção de numerosas linhas de caminho de ferro (de 1852 a 1856 construíram-se, em França, por 250.000 francos, novas linhas de caminho de ferro). Finalmente, a grande crise de 1873 foi, como se sabe, uma consequência direta da criação e expansão brutal da grande indústria na Alemanha e na Áustria, que se seguiram aos acontecimentos políticos de 1866 e 1871.

De cada vez, isso aconteceu pela expansão brusca da economia capitalista que esteve na origem dessas crises comerciais, e não em consequência de limitações do seu âmbito nem do seu esgotamento. A periodicidade decenal dessas crises internacionais é um facto puramente exterior, um acaso. O esquema marxista da formação das crises, tal como Engels e Marx o expuseram, o primeiro no Anti-Dühring, o segundo no livro I e livro III do Capital, só se explica de maneira ajustável a essas crises na medida em que revela o seu mecanismo interno e as suas causas gerais e profundas; pouco importa que essas crises se repitam todos os dez anos ou todos os cinco, ou ainda, em alternância; todos os vinte e todos os oito anos. Mas o que melhor demonstra a inexactidão da teoria bernsteiniana, é o facto de terem sido precisamente os países onde os famosos "factores de adaptação" capitalistas (o crédito, os meios de informação e os monopólios) estão mais desenvolvidos, que se ressentiram com maior violência dos efeitos da crise de 1907-1908.

A ideia de que a produção capitalista poderia "adaptar-se" à troca implica uma de duas coisas: ou o mercado mundial cresce sem limites, até ao infinito, ou, pelo contrário, trava o desenvolvimento das forças produtivas para que não ultrapassem os limites do mercado. A primeira hipótese esbarra com uma impossibilidade material, à segunda opõe-se os progressos constantes da técnica em todos os sectores da produção, originando todos os dias novas forças produtivas.

Fica um fenómeno que, segundo Bernstein, contrariaria a tendência indicada do desenvolvimento capitalista: é a "falange invulnerável" das empresas médias. Vê-se na sua existência uma indicação minimizadora da influência revolucionária do desenvolvimento da grande indústria na concentração das empresas, que não é acreditável para os defensores da "teoria da catástrofe". É ainda aqui vítima de um mal entendido que ele próprio engendrou. Na realidade, seria compreender muito mal o desenvolvimento da grande indústria se se imaginasse que conduziria necessariamente à progressiva desaparecimento das empresas médias.

No curso geral do desenvolvimento capitalista, os pequenos capitais desempenham o papel, na teoria marxista, de pioneiros da revolução técnica, e isso de maneira dupla: em primeiro lugar no respeitante a novos métodos de produção nos sectores antigos fortemente enraizados, depois pela criação de novos sectores de produção inexplorados pelos grandes capitais.

Ter-se-ia procedido mal ao pensar a história das empresas médias como uma linha recta descendente que iria do declínio progressivo à desapareição total. A evolução real é ainda aqui dialéctica; oscila constantemente entre as contradições. As classes médias capitalistas encontram-se, como a classe operária, sob a influência de duas tendências antagónicas, uma ascendente, outra descendente. A tendência descendente é o crescimento contínuo da escala de produção que ultrapassa periodicamente o quadro dos capitais médios, desviando-os regularmente do campo da concorrência mundial. A tendência ascendente é constituída pela depreciação periódica do capital existente, o que faz baixar por um certo tempo a escala da produção segundo o valor do capital mínimo necessário, tal como a penetração da produção capitalista em novas empresas. É preciso não encarar a luta das empresas médias contra o grande capital como uma batalha em forma, onde a parte mais fraca veria diminuir cada vez mais e fundir as suas tropas em número absoluto: é principalmente como se os pequenos capitais fossem periodicamente ceifados para apressar o seu florescimento a fim de serem novamente ceifados pela grande indústria. Entre as duas tendências que disputam a sorte das classes médias capitalistas, a tendência descendente é, em última análise, a dominante. A evolução é, neste caso, a inversa da classe operária. Não se manifesta necessariamente por uma diminuição absoluta das empresas médias; pode haver: 1º, um aumento progressivo do capital mínimo necessário para o funcionamento das empresas dos anteriores sectores de produção; 2º, uma diminuição constante do intervalo de tempo durante o qual os pequenos capitais detêm a exploração dos sectores de produção. Daí resulta, para o pequeno capital individual, uma transformação cada vez mais rápida dos métodos de produção e da natureza dos investimentos. Para a classe média no seu conjunto resulta uma aceleração do metabolismo social.

Bernstein sabe-o muito bem e constata-o. Mas o que parece esquecer é ser ela a própria lei do movimento das empresas médias capitalistas. Se se admitir que os pequenos capitais são os pioneiros do progresso técnico, o motor essencial da economia capitalista, deve concluir-se que os pequenos capitais acompanham necessariamente o desenvolvimento do capitalismo, porque fazem parte integrante dele e apenas com ele desaparecerão. A desapareição progressiva das empresas médias – na estreita acepção estatística de que fala Bernstein – só significaria não a tendência revolucionária do desenvolvimento capitalista, como pensa, mas, pelo contrário, uma paragem, a letargia desse desenvolvimento. “Taxa de lucro, isto é, o incremento proporcional do capital, diz Marx, é o mais importante para todos os novos investidores de capitais agrupados independentemente. Assim que a formação do capital caísse totalmente nas mãos de um grupo de grandes capitais totalmente constituídos, o fogo vivificador da produção extinguir-se-ia – entraria em torpor”. (Capital, livro III, cap. 15, 2, tomo X, p. 202, tradução Molitor).

3. A Realização do Socialismo Pelas Reformas Sociais

Ao recusar a teoria da catástrofe, Bernstein recusa-se a encarar a derrocada do capitalismo como via histórica conduzindo à realização da sociedade socialista. Qual é a via para os teóricos da “adaptação do capitalismo”? Bernstein faz apenas breves alusões a essa questão a que [Conrad Schmidt](#) procurou responder detalhadamente, dentro do espírito de Bernstein (ver o *Vorwärts* de 20 de Fevereiro de 1898, revista dos livros). Na óptica de Conrad Schmidt “a luta sindical e a luta política pelas reformas teriam como resultado um controlo social cada vez mais directo sobre as condições de produção” e chegariam a “restringir cada vez mais, por meio da legislação, os direitos do proprietário do capital, reduzindo-o à condição de simples administrador” até ao dia em que finalmente “levará ao capitalista, no limite da sua resistência, vendo a sua propriedade perder progressivamente o valor para si, a direcção e a administração da exploração” até se introduzir finalmente a exploração colectiva.

Em resumo, os sindicatos, as reformas sociais e, acrescenta Bernstein, a democratização política do Estado, são os meios para realizar progressivamente o socialismo.

Começemos pelos sindicatos: a sua função principal – ninguém a expôs melhor que o próprio Bernstein, em 1891 na *Neue Zeit* – consiste em permitir aos operários a realização da lei capitalista dos salários, quer dizer a venda da força de trabalho ao preço conjuntural do mercado. Os sindicatos servem o proletariado utilizando no seu próprio interesse, a cada instante, essas conjunturas do mercado. Mas as próprias conjunturas, isto é, por um lado a procura da força de trabalho determinada pelo estado da produção e, por outro, a oferta da força de trabalho criada pela proletarianização da classe operária, enfim, o grau de produtividade do trabalho, estão situadas

fora da esfera de influência dos sindicatos. Assim, esses elementos não podem suprimir a lei dos salários. Podem, na melhor das hipóteses, manter a exploração capitalista no interior dos limites “normais” determinados em cada momento pela conjuntura, mas estão longe do processo de suprimir a exploração em si-mesma, mesmo que progressivamente.

É verdade que Conrad Schmidt considera o sindicalismo actual como estando “num fraco estado inicial”, e espera que, no futuro, o “movimento sindical exerça uma influência reguladora progressiva na produção”. Mas essa influência reguladora na produção só pode ser entendida de duas maneiras: trata-se de intervir no domínio técnico do processo, ou de fixar as próprias dimensões da produção. De que natureza poderá ser, nesses dois campos, a influência dos sindicatos? É evidente que no concernente à técnica da produção, o interesse do capitalismo coincide até certo ponto com o progresso e o desenvolvimento da economia capitalista. É a necessidade vital que o impele a aperfeiçoar-se tecnicamente. Mas a situação do operário individual é absolutamente inversa: toda a transformação técnica se opõe aos interesses dos operários directamente implicados e agrava a sua situação imediata, depreciando a força do trabalho, tornando o trabalho mais intensivo, mais monótono, mais penoso. Na medida em que o sindicato pode intervir na técnica de produção, só o pode evidentemente fazer nesse sentido, quer dizer, ordenando a atitude de cada grupo operário directamente interessado, por consequência opondo-se necessariamente às inovações. Nesse caso, não se trata do interesse global da classe operária nem da sua emancipação, que coincide sobretudo com o progresso técnico, quer dizer, com o interesse de cada capitalista, mas, muito pelo contrário, de uma defesa de interesses orientada no sentido da reacção. Com efeito, tais intervenções no domínio técnico reencontram-se não no futuro, onde os procura Conrad Schmidt, mas no passado do movimento sindical. São característicos da mais antiga fase do trade-unionismo inglês (até metade dos anos de 1860), onde se encontram sobrevivências corporativas da Idade Média, que se inspiravam no princípio caduco do “direito adquirido num trabalho conveniente”, segundo a expressão de [Webb](#), na sua teoria e prática dos sindicatos ingleses (t. II, p. 100 e seguintes). A tentativa dos sindicatos para fixar as dimensões da produção e dos preços das mercadorias é, muito pelo contrário, um fenómeno recente. Só que a vimos aparecer nos últimos tempos, mais uma vez e somente em Inglaterra (ibid., t. II, p. 115 e seg.). É de inspiração e tendência análogas às precedentes. A que se reduz com efeito a participação activa dos sindicatos na fixação das dimensões e do custo de produção das mercadorias? A uma concentração, reunindo os operários e os empresários contra o consumidor, a utilizar contra os empresários concorrentes medidas coercivas que nada devem aos métodos da associação patronal ordinária. Já não se trata aí de um conflito entre o trabalho e o capital, mas de uma luta travada solidariamente pelo capital e pela força do trabalho contra a sociedade consumidora. Se ajuizarmos do seu valor social, é um empreendimento reaccionário, não se pode constituir como um estádio da luta para a emancipação do proletariado, porque é o oposto de uma luta de classes; se ajuizarmos do seu valor prático, é uma utopia: basta um relance para se ver que não pode ser alargada a grandes sectores da produção, trabalhando para o mercado mundial.

A actividade dos sindicatos reduz-se, essencialmente, à luta para aumento dos salários e para a redução do tempo de trabalho, procura unicamente ter uma influência reguladora sobre a exploração capitalista, segundo as flutuações do mercado; toda a intervenção no processo de produção é-lhe, pela própria natureza das coisas, interdita. Mas, além do mais, o movimento sindical desenvolve-se num sentido oposto ao da hipótese de Conrad Schmidt: tende a cortar totalmente o mercado de trabalho de qualquer contacto directo com o resto do mercado. Citemos um exemplo característico dessa tendência: toda a tentativa para ligar directamente o contrato de trabalho com a situação geral da produção, pelo sistema de escala móvel de salários, é ultrapassada pela evolução histórica, e as trade-unions afastam-se cada vez mais dela (Webb, ibid., p. 115). Mesmo no interior dos limites da sua esfera de influência, o movimento sindical não aumenta indefinidamente a sua expansão, como o suponha a teoria da adaptação do capitalismo. Muito pelo contrário. Se se examinarem vários longos períodos de desenvolvimento social, é-se obrigado a constatar que, no conjunto, vamos enfrentar uma época não de expansão triunfante, mas de dificuldades crescentes para o movimento sindical. As reformas chocam-se algures com os limites dos interesses do capital. Claro que Bernstein e Conrad Schmidt consideram que o movimento sindical actual é um “fraco estádio inicial”; esperam, para o futuro, reformas que se desenvolvam até ao infinito, para maior bem da classe operária. Aí, cedem à mesma ilusão em

que acreditam, quando consideram a expansão ilimitada do sindicalismo. Quando o desenvolvimento da indústria atingir o seu apogeu e o mercado mundial iniciar a fase descedente, a luta sindical tornar-se-á difícil: 1º, porque as conjunturas objectivas do mercado serão desfavoráveis à força do trabalho, a procura da força de trabalho aumentará mais lentamente e a oferta mais rapidamente, o que não é o caso actual; 2º, porque o próprio capital para se compensar das perdas sofridas no mercado mundial, se esforçará por reduzir a parte do produto pertencente aos operários. A redução dos salários não é, em resumo, segundo Marx, um dos principais meios de travar a baixa das taxas de lucro? (ver Marx, Capital, livro III, cap. XIV, 2, Tomo X, p, 162). A Inglaterra oferece-nos o exemplo do princípio do segundo estágio do movimento sindical. Nessa fase, a luta reduz-se necessariamente e cada vez mais à simples defesa dos direitos adquiridos e mesmo isso é cada vez mais difícil. Esta é a tendência geral da evolução cuja contrapartida deve ser o desenvolvimento da luta de classe política e social.

Conrad Schmidt comete o mesmo erro de perspectiva histórica no referente à reforma social: espera que “obrigue a classe capitalista com a ajuda das coalizões operárias sindicais, às condições em que possa adquirir a força de trabalho”. É à reforma social assim compreendida, que Bernstein assimila a legislação social, considerando-a um bocado de “controlo social” e como tal um bocado de socialismo. Da mesma maneira, Conrad Schmidt chama ao falar das leis de protecção operária: “controlo social”; depois de ter transformado, do mesmo modo e com felicidade, o Estado em sociedade, acrescenta, com uma confiança magnífica: “quer dizer a classe operária”. São vítimas da mesma ilusão, quando acreditam fervorosamente numa expansão ilimitada do sindicalismo.

A teoria da realização progressiva do socialismo por intermédio de reformas sociais implica – e é aí que se encontra o seu fundamento – um certo desenvolvimento objectivo tanto da propriedade capitalista como do Estado. No referente à primeira, o esquema do desenvolvimento futuro tende, segundo Conrad Schmidt, a “restringir progressivamente os direitos do proprietário do capital, reduzindo-o a um papel de simples administrador”. Para compensar a pretensa impossibilidade de destruir de uma só vez a propriedade dos meios de produção, Conrad Schmidt inventa uma teoria de expropriação progressiva. Imagina que o direito de propriedade se divide em “direito supremo de propriedade” atribuído à “sociedade” e obrigado, segundo ele, a alargar-se sempre mais, e direito de usufruto que, nas mãos do capitalismo, se reduzirá cada vez mais à simples gestão da empresa. Ora, de duas coisas, uma: ou essa construção teórica não passa de uma inocente figura de retórica a que não se dá a mínima importância e então a teoria da expropriação progressiva perde todo o fundamento; ou representa, a seus olhos, o verdadeiro esquema de evolução jurídica; mas, neste caso, engana-se de uma ponta à outra. A decomposição do direito de propriedade em diversas competências jurídicas, a que Conrad Schmidt recorre para engendrar a sua teoria da “expropriação progressiva” do capital, caracteriza a sociedade feudal baseada na economia natural: a repartição do produto social entre as diferentes classes da sociedade praticava-se naturalmente e fundamentava-se nas relações pessoais do senhor feudal com os seus vassalos. Em compensação, a passagem à produção mercantil e a dissolução de todas as ligações pessoais entre os diversos participantes no processo de produção reforçou as relações entre o homem e a coisa, quer dizer, a propriedade privada. A partir desse momento, a repartição já não se fundamentava em relações pessoais, mas realizava-se através dos meios de troca; os diferentes direitos de participação na riqueza social não se mediam em fracções do direito de participação à riqueza social, não se medindo em fracções do direito de propriedade de um objecto, mas pelo valor conferido a cada um no mercado. De facto, a primeira grande transformação introduzida nas relações jurídicas na sequência do aparecimento da produção mercantil nas comunas urbanas da Idade Média foi a criação da propriedade privada absoluta no próprio núcleo das relações jurídicas feudais, a criação do regime de propriedade parcelada. Mas na produção capitalista essa evolução não parou. Por acréscimo, quanto mais o processo de produção é socializado, mais se fundamenta exclusivamente na troca e mais a propriedade privada capitalista adquire um carácter absoluto e sagrado. A propriedade capitalista, que era um direito sobre os produtos do seu próprio trabalho, transforma-se crescentemente num direito de apropriação do trabalho dos outros. Enquanto o capitalista gerava ele próprio a fábrica, a repartição contínua estava ligada, em certa medida, a uma participação pessoal no processo de produção. Mas, na medida em que se pode ultrapassar o capitalista para dirigir a fábrica – que é o caso das sociedades por acções – a propriedade do

capital, enquanto participação na repartição, liberta-se completamente de qualquer relação pessoal com a produção, surge na sua forma mais pura e absoluta. É no capital-acção e no capital de crédito industrial que o direito de propriedade capitalista atinge a sua forma mais acabada.

O esquema histórico de Conrad Schmidt que mostra o proprietário passando da função de "proprietário a simples administrador" não corresponde de modo algum à tendência real da evolução; esta mostra-nos, pelo contrário, a passagem do proprietário e administrador a simples proprietário.

Aqui, encontra-se um paralelo entre Conrad Schmidt e Goethe: "o que se possui vê-o como longínquo, o que não existe torna-se, a seus olhos, a realidade".

O seu esquema histórico apresenta-nos uma evolução económica .que retrogradaria o estádio moderno da sociedade por acções para a manufactura ou mesmo oficina artesanal; mesmo juridicamente pretende levar o mundo capitalista para o seu berço, para o mundo feudal da economia natural.

Nessa perspectiva, o "controlo social", tal como é apresentado por Conrad Schmidt, aparece sobre outra focagem. O que hoje é a acção de "controlo social" – a legislação operária, controlo das sociedades por acções, etc., – não tem, de facto, nenhuma relação com uma participação no direito de propriedade, com uma "propriedade suprema" da sociedade. A sua função não é limitar a propriedade capitalista, mas, pelo contrário, protegê-la. Ou ainda – economicamente falando – não constitui um ataque à exploração capitalista, mas uma tentativa de a normalizar. Quando Bernstein põe a questão de saber se esta ou aquela lei de protecção operária é mais ou menos socialista, podemos responder-lhe que a melhor das leis de protecção operária tem mais ou menos tanto socialismo como as disposições municipais de limpeza das ruas e o acendimento dos bicos de gás – que também revelam o "controlo social".

4. A Política Alfandegária e o Militarismo

A segunda condição necessária para a realização progressiva do socialismo, segundo Edouard Bernstein, é a transformação gradual do Estado em sociedade. É hoje um lugar comum dizer que o Estado actual é um Estado de classe. É necessário compreender essa afirmação não numa acepção absoluta e rígida, mas na acepção dialéctica, como tudo o que se relaciona com a sociedade capitalista.

Pela vitória política da burguesia, o Estado tornou-se num Estado capitalista. É evidente que o próprio desenvolvimento do capitalismo modificou profundamente o carácter do Estado, alargando constantemente a sua esfera de acção, impondo-lhe novas funções, particularmente, no campo económico, onde é cada vez 'mais necessária a sua intervenção e controlo. Nesse sentido prepara lentamente a futura fusão do Estado e da sociedade e, por assim dizer, o retomar das funções do Estado pela sociedade. Nessa ordem de ideias, pode falar-se igualmente de uma transformação progressiva do Estado capitalista em sociedade; nessa acepção é incontestável, como o disse Marx, que a legislação operária é a primeira intervenção consciente da "sociedade" no processo vital social, fase a que se refere Bernstein.

Mas, por outro lado, esse mesmo desenvolvimento do capitalismo realiza uma outra, transformação na natureza do Estado. O Estado actual é antes de mais uma organização da classe capitalista dominante. Sem dúvida que assume funções de interesse geral no desenvolvimento social; mas somente na medida em que o interesse geral e o desenvolvimento social coincidam com os interesses da classe dominante. A legislação da protecção operária, por exemplo, serve igualmente o interesse imediato da classe capitalista e os das sociedades em geral. Mas, esta harmonia cessa num certo estádio da evolução capitalista. Quando essa evolução atinge um determinado nível, os interesses de classe da burguesia e os do progresso económico começam a cindir-se mesmo no interior do sistema de economia capitalista. Pensamos que essa fase já começou; testemunham-no dois fenómenos extremamente importantes da vida social actual: a política alfandegária e o militarismo. Esses dois fenómenos representaram na história do capitalismo um papel indispensável, e nesse ponto de vista, progressivo, revolucionário. Sem a protecção alfandegária, o desenvolvimento da indústria pesada nos diferentes países teria sido quase impossível. Actualmente, a situação é diferente. A protecção

alfandegária já não serve para desenvolver as indústrias jovens, mas somente para manter artificialmente as antigas formas de produção.

Na perspectiva do desenvolvimento capitalista, quer dizer, da economia mundial, pouco interessa que a Alemanha exporte mais mercadorias para a Inglaterra ou que a Inglaterra exporte mais mercadorias para a Alemanha. Por consequência, se se considera o desenvolvimento do capitalismo, a protecção alfandegária desempenha o papel de bom criado que depois de ter efectuado o seu trabalho, o melhor que tem a fazer é ir-se embora. Deveria mesmo fazê-lo. Sendo de dependência recíproca, o estado em que actualmente se encontram os diferentes sectores da indústria, os direitos alfandegários sobre qualquer mercadoria têm necessariamente como resultado o encarecimento da produção das outras mercadorias no interior do país, quer dizer, entram pela segunda vez, o desenvolvimento da indústria. Este é o ponto de vista da classe capitalista. A indústria não precisa de protecção alfandegária para o seu desenvolvimento, mas os empresários precisam dela para proteger as suas colocações no mercado. Isso significa que actualmente as alfândegas já não servem para proteger uma produção capitalista em vias de desenvolvimento frente a uma outra mais adiantada, mas para favorecer a concorrência de um grupo nacional de capitalistas contra um outro grupo nacional. Para mais, as alfândegas já não têm a função de protecção necessária a indústrias nascituras, já não ajudam a criar e conquistar um mercado interior; são os agentes indispensáveis à concentração da indústria, quer dizer, da luta dos produtores capitalistas contra a sociedade consumidora. Por fim, o último traço específico da política alfandegária actual: não é a indústria mas a agricultura que tem hoje um papel preponderante na política alfandegária, ou, por outras palavras, o proteccionismo tornou-se um meio de expressão dos interesses feudais e serve para o mascarar com as cores do capitalismo.

Assiste-se a uma evolução semelhante do militarismo. Se considerarmos a história, não como poderia ter sido ou deveria ser, mas tal como é na realidade, somos obrigados a constatar que a guerra foi um auxiliar indispensável do desenvolvimento capitalista. Nos Estados Unidos da América do Norte, na Alemanha, na Itália, nos Estados balcânicos, na Rússia e na Polónia, em todos esses países. o capitalismo deve o seu primeiro impulso às guerras, independentemente do resultado, vitória ou derrota. Enquanto existiam países onde era preciso destruir o estado de divisão interna ou de isolamento económico, o militarismo desempenhou um papel revolucionário do ponto de vista capitalista, mas hoje a situação é diferente. Os conflitos que ameaçam o cenário da política mundial não servem para fomentar novos mercados ao capitalismo; trata-se fundamentalmente de exportar para outros continentes os antagonismos europeus já existentes. O que se defronta hoje. de armas na mão, quer se trate da Europa ou de outros continentes, não é um confronto entre países capitalistas e países de economia natural. São Estados de economia capitalista avançada, levados ao conflito por identidade do seu desenvolvimento, que, na realidade, abalarão e desordenarão profundamente a economia de todos os países capitalistas. Mas a coisa aparece bastante diferente na perspectiva da classe capitalista. Para ela, o militarismo tornou-se actualmente indispensável sob três aspectos: 1º, serve para defender os interesses nacionais em concorrência com outros grupos nacionais; 2º, constitui um campo privilegiado de investimento tanto para o capital financeiro como para o capital industrial; e 3º, no interior é útil para assegurar o seu domínio de classe sobre o povo trabalhador e todos os interesses que, em si, nada têm de comum com o progresso do capitalismo. Dois traços específicos caracterizam o militarismo actual: um é o desenvolvimento geral e concorrente de todos os países – dir-se-ia impulsionados no seu crescimento por um força motriz interna e autónoma –, fenómeno ainda desconhecido há algumas décadas; o outro é o carácter fatal, inevitável da explosão eminente, embora se desconheça o pretexto que a desencadeará, os Estados que serão envolvidos, o objectivo do conflito e todas as outras circunstâncias. Em contrapartida o motor do desenvolvimento capitalista, o militarismo. transformou-se numa doença capitalista.

Nesse conflito entre o desenvolvimento do capitalismo e os interesses da classe dominante, o Estado alinha ao lado da última. A sua política, assim como a da burguesia, opõe-se ao desenvolvimento social. Deixa, dessa maneira de ser o representante do todo da sociedade e transforma-se simultânea e progressivamente num puro Estado de classe. Ou mais exactamente, essas duas qualidades deixam de coincidir, para se tornarem dados internos contraditórios do Estado. Essa contradição agrava-se dia a dia. Por um lado, verifica-se o crescimento das funções de interesse geral do Estado, as suas intervenções na vida social, o seu controlo desta, mas por

outro, o seu carácter de classe obriga-o sempre a acentuar a sua actividade coerciva nos campos que não servem o carácter de classe da burguesia e que têm para a sociedade uma importância negativa: a saber, o militarismo e a política alfandegária e colonial. O “controlo social” que exerce é igualmente marcado pelo seu carácter de classe (quando se pensa na maneira como é aplicada a protecção operária em todos países!).

Bernstein via na extensão da democracia um último processo para realizar progressivamente o socialismo: ora uma tal extensão, longe de se opôr à transformação do carácter do Estado, tal como o temos descrito, só o confirma.

Conrad Schmidt chega mesmo a afirmar que a conquista de uma maioria socialista no Parlamento é o meio directo de realizar o socialismo por etapas. Ora, as formas democráticas da política são incontestavelmente um sinal muito claro da passagem do Estado para sociedade: nesta concepção existe uma etapa para a transformação socialista. Mas o carácter contraditório do Estado capitalista manifesta-se de forma explosiva no parlamentarismo moderno. É evidente que formalmente o parlamentarismo serve para exprimir na organização do Estado os interesses do conjunto da sociedade. Mas, por outro lado, o que o parlamentarismo representa aqui é unicamente a sociedade capitalista, quer dizer uma sociedade onde predominam os interesses capitalistas. Por consequência, nessa sociedade, as instituições formalmente democráticas reduzem-se, no seu conteúdo, a instrumentos dos interesses da classe dominante. Existem provas concretas: desde que a democracia tem a tendência para negar o seu carácter de classe e para transformar-se num instrumento dos autênticos interesses do povo, as formas democráticas são sacrificadas pela burguesia e pela sua representação do Estado. Também a ideia da conquista por uma maioria parlamentar aparece como um cálculo errado: preocupando-se unicamente, à semelhança do liberalismo burguês, com o aspecto formal da democracia, descuida-se totalmente o outro aspecto, o do seu conteúdo real. E o parlamentarismo no seu todo não aparece de modo algum, como o acredita Bernstein, como um instrumento específico do estado da classe burguesa, um meio de fazer amadurecer e desenvolver as contradições capitalistas.

Ao considerar-se o desenvolvimento objectivo do Estado, tem-se consciência de que a palavra de Bernstein e de Conrad Schmidt sobre o crescente “controlo social” não passa de uma fórmula oca, contradita, dia a dia, pela realidade. A teoria da instauração progressiva do socialismo reporta-se, finalmente, a uma forma de propriedade e do Estado capitalista evoluindo para o socialismo. Ora a propriedade e o Estado evoluem, os factos sociais são disso testemunho, em direcções totalmente opostas. O processo de produção socializa-se cada vez mais e a intervenção do controlo do Estado sobre o processo de produção é cada vez maior. Mas, ao mesmo tempo, a propriedade privada tem cada vez mais a forma de exploração capitalista brutal do trabalho de outrem e o controlo exercido pelo Estado é cada vez mais marcado pelos interesses de classe. Por consequência, na medida em que o Estado, quer dizer, a organização política e as relações de propriedade, quer dizer, a organização jurídica do capitalismo, se tornam cada vez mais capitalistas, e não cada vez mais socialistas, opõem-se à teoria da instauração progressiva do socialismo duas dificuldades intransponíveis.

Fourier inventara uma fantástica forma de transformar, pelo sistema de falanstérios, toda a água do mundo em limonada. Mas a ideia de Bernstein de transformar, despejando progressivamente no mundo garrafas da limonada reformista, o mar da amargura capitalista em água doce socialista, é talvez menos original mas não menos fantástica.

As relações de produção da sociedade capitalista aproximam-se sucessivamente das relações de produção socialista. Em contrapartida, as suas relações políticas constroem entre sociedade capitalista e a sociedade socialista um muro cada vez mais alto.

Nesse muro, nem as reformas sociais nem a democracia abrirão brechas, contribuirão. pelo contrário, para o segurar e consolidar. Apenas um golpe revolucionário, isto é, a conquista do poder político pelo proletariado, o poderá abater.

5. Consequências Práticas e Carácter Geral do Revisionismo

No primeiro capítulo, procuramos demonstrar que a teoria de Bernstein retira ao programa socialista toda a base material, transportando-o para uma base idealista. Essa é a fundamentação

teórica da sua doutrina – mas como aparece traduzida na prática a teoria? Começemos por verificar que formalmente não se distinguem em nada da prática de luta social-democrata tal como tem sido realizada até hoje. Lutas sindicais, lutas pelas reformas sociais e pela democratização das instituições, constituem também o conteúdo formal da actividade do partido social-democrata. A diferença não reside no quê mas no como. No actual estado de coisas, a luta sindical e a luta parlamentar são encaradas como meios de dirigir e educar pouco a pouco o proletariado para a conquista do poder político. Segundo a teoria revisionista, que considera como inútil ou impossível a conquista do poder, a luta sindical e a luta parlamentar devem unicamente ser praticadas para alcançar objectivos imediatos que visem melhorar a situação material dos operários e procurem a redução progressiva da exploração capitalista e a extensão do controlo social. Ponhamos de lado a melhoria imediata da situação dos operários, porque o objectivo é comum às duas concepções, a do partido e a do revisionismo, cuja diferença pode ser definida em poucas palavras: segundo a concepção normal, a luta política e sindical têm uma significação socialista na medida em que preparam o proletariado – que é o factor subjectivo da transformação socialista – para realizar essa transformação. Segundo Bernstein, a luta sindical e política têm por tarefa reduzir progressivamente a exploração capitalista, retirar progressivamente esse carácter capitalista à sociedade capitalista e dar-lhe um carácter socialista. numa palavra. realizar objectivamente a transformação socialista da sociedade. Quando se examina a coisa de mais perto, percebe-se que essas duas concepções são totalmente opostas. Segundo a concepção corrente do partido, o proletariado adquire, através da experiência da luta sindical e política, a convicção de que é impossível transformar radicalmente a sua situação por meio dessa única luta, e que só o conseguirá definitivamente depois de se apoderar do poder político.

A teoria de Bernstein acredita no carácter socialista da luta sindical e parlamentar, a que atribui uma acção socializante progressiva da economia capitalista. Mas essa acção socializante só existe, demonstrámo-lo, na imaginação de Bernstein.

As estruturas capitalistas da propriedade e do Estado evoluem em direcções completamente opostas. Por esse facto, a luta quotidiana concreta da social-democracia perde, em última análise, toda a relação com o socialismo. A luta sindical e a luta política são importantes porque actuam sobre a consciência do proletariado, porque lhe dão uma consciência socialista, porque o organizam como classe. Atribuir-lhe um poder directo de socialização da economia capitalista, não é sómente ir ao encontro de um falhanço nesse campo, mas ainda retirar-lhe qualquer outra significação: deixam de ser um meio de educar a classe operária e de a preparar para conquistar o poder. Também Bernstein e Conrad Schmidt incorrem num contra-senso total quando, para se tranquilizarem, afirmam que, mesmo se a luta for reduzida pelas reformas sociais e pelo movimento sindical. não se abandona o objectivo último do movimento operário: cada passo dado nesse sentido não ultrapassa os seus próprios objectivos e o objectivo socialista não está presente em todo o movimento como tendência que o anima? É uma verdade inofismável que, na táctica actual da social-democracia, a consciência do objectivo – a conquista do poder político – e o esforço para o atingir precedem e orientam toda a luta sindical e o movimento para as reformas. Mas se a separam dessa prévia orientação do movimento e se fazem da reforma social um objectivo autónomo, não conduzirá à realização do objectivo final. Conrad Schmidt refugia-se num movimento por assim dizer automático que, uma vez desencadeado, não pode parar por si próprio; parte da ideia muito simples de que o apetite vem com o comer e de que a classe operária não se pode contentar com reformas, enquanto a transformação socialista da sociedade não estiver acabada. Este último postulado é, sem dúvida, exacto e a insuficiência das reformas capitalistas provam-no. Mas a conclusão a que chega só seria verdadeira se se pudesse construir uma cadeia ininterrupta de reformas sociais cada vez mais extensas que transformariam o actual regime capitalista em regime socialista. Trata-se de uma perspectiva fantasista. Pela própria natureza das coisas, essa cadeia romper-se-ia muito depressa e, a partir dessa ruptura, as vias por onde o movimento pode enveredar são múltiplas e diversas.

O resultado imediato e mais provável é uma mudança de táctica visando obter, por todos os meios, os resultados práticos da luta, quer dizer, as reformas sociais. A consciência de classe irreconciliável só tem sentido quando se lhe propõe a tomada do poder; se se pretendem unicamente os objectivos práticos imediatos, o que se está realmente a praticar é a sua obstrução. Ràpidamente se adopta uma “política de compensação” – leia-se uma “política de mistificação” – e uma atitude prudentemente diplomática. Mas o movimento não pode ser entravado por muito

tempo. Qualquer que seja a tática utilizada, e porque as reformas sociais são e continuarão a ser, em regime capitalista, nozes ocas, a etapa seguinte será, muito logicamente, a desilusão, mesmo no concernente ao valor próprio das reformas – cair-se-á no mesmo mar podre em que se refugiaram os professores Schmolter e Cia. que, depois de terem navegado nas águas do reformismo social, acabaram por deixar andar tudo pela graça de Deus ⁴. O socialismo não sucede automaticamente e em todas as circunstâncias da luta quotidiana da classe operária. Surgirá da agudização das contradições internas da economia capitalista e da consciencialização da classe operária, que compreenderá a necessidade de as destruir por intermédio de uma revolução social. Negar umas e recusar outra, como o faz o revisionismo, acaba por transformar o movimento operário numa simples associação corporativa reformista, conduzindo-o automaticamente a abandonar a perspectiva de classe.

Essas consequências são evidentes quando se analisa o revisionismo sob um outro aspecto, confrontando-o com o carácter geral dessa teoria. É evidente que o revisionismo não defende as posições capitalistas nem nega, como os economistas burgueses, as suas contradições. Pelo contrário, aceita a tese marxista da existência dessas contradições. Mas, por outro lado – estamos no centro da sua concepção e é isto que o diferencia da teoria, até aqui em vigor no partido – não fundamenta a sua doutrina na supressão dessas contradições, que seriam a própria consequência do seu desenvolvimento interno.

A teoria revisionista situa-se num lugar intermédio entre esses dois pólos extremos. Não quer levar à maturidade as contradições capitalistas nem suprimi-las, uma vez atingido o seu desenvolvimento extremo, por uma mutação revolucionária da situação, quer atenuá-las, amalgamá-las. Por isso pretende que a contradição entre a produção e a troca será atenuada pelo fim das crises, pela formação de associações patronais: do mesmo modo que a contradição entre o capital e o trabalho será atenuada pela melhoria da situação do proletariado e pela sobrevivência das classes médias, que a do Estado classista e a da sociedade, por um controlo social crescente e pelo progresso da democracia.

É evidente que a tática social-democrata não consiste em esperar o ponto extremo das contradições capitalistas para que se produza uma mutação revolucionária da situação. Pelo contrário, a essência da tática revolucionária consiste em reconhecer a tendência do desenvolvimento e daí transpor as suas consequências últimas para a luta política. E por isso, a exemplificar, a social-democracia sempre combateu o protecção e o militarismo sem esperar que o seu carácter reaccionário se evidenciasse totalmente. Mas a tática de Bernstein não consiste em se apoiar sobre a evolução e a agudização dos antagonismos, baseia-se, pelo contrário, na sua atenuação. Define a sua tática falando de uma “adaptação” da economia capitalista. Quando se verificaria uma tal concepção? Todas as contradições da sociedade actual resultam do modo de produção capitalista. Suponhamos que esse modo de produção continua a evoluir na direcção actual, prosseguirá necessariamente as suas próprias consequências, as contradições continuarão a agudizar-se, a agravar-se em vez de se atenuarem. Para que a teoria de Bernstein se verifique, seria necessário que o próprio modo de produção capitalista fosse travado no seu desenvolvimento. Em resumo, o postulado geral que a teoria de Bernstein implica é uma travagem do desenvolvimento capitalista.

⁴ Em 1872, os professores Wagner, Schmoller, Brentano, etc., reuniram-se num Congresso em Eisenach, no decorrer do qual proclamaram com muito ardor e força publicitária que o seu objectivo era a instauração de reformas sociais para a protecção da classe trabalhadora. Esses mesmos senhores, que o liberal Oppenheimer qualifica irónicamente de “professores universitários do socialismo”, fundaram imediatamente a Associação para as reformas sociais. Alguns anos mais tarde, no momento em que a luta contra a social-democracia se agravou, estes pioneiros do “socialismo universitário” votaram, na sua qualidade de deputados pelo Reichstag, pela manutenção em vigor da lei de excepção contra os socialistas. Para além disto, toda a actividade associativa se resume à convocação de algumas assembleias gerais, durante as quais são lidos alguns relatórios académicos sobre diferentes temas. Por outro lado, a associação publicou mais de cem volumes sobre diversas questões económicas. Mas quanto às reformas sociais, estes professores, que depois vieram a intervir a favor dos direitos protecção, do militarista, etc., não deram um passo. Finalmente, a própria associação, abandonou todo o programa de reformas sociais para se entregar exclusivamente à questão das crises, provocações. etc.

Por isso, a sua teoria autocondena-se de duas maneiras. Por um lado denuncia o seu carácter utópico em relação ao objectivo final do socialismo: é, desde o princípio, claro que o afundamento do desenvolvimento capitalista não acabará numa transformação socialista da sociedade: demonstrámos anteriormente as consequências práticas dessa teoria. Seguidamente mistifica o seu carácter reaccionário quanto ao desenvolvimento efectivo do capitalismo, que é rápido. Portanto a questão que se levanta presentemente é: demonstrada essa evolução real do capitalismo, como explicar, ou melhor, caracterizar a teoria de Bernstein?

Demonstrámos no nosso primeiro capítulo que o postulado económico em que se fundamenta a análise de Bernstein das relações sociais actuais é falso – é suficiente ver a sua teoria de “adaptação” do capitalismo.

Vimos que nem o sistema de crédito nem as concentrações podem ser consideradas como “factores de adaptação” da economia capitalista e que nem a paragem momentânea das crises, nem a sobrevivência das classes médias podem passar por sintomas de adaptação do capitalismo. Mas todos esses pontos particulares da teoria da adaptação apresentam uma característica comum. Essa teoria, mais que ligar orgânicamente os fenómenos da vida económica ao todo do desenvolvimento capitalista, de os ligar ao mecanismo geral da economia, arranca-os ao contexto global e examina-os separadamente como fragmentos dispersos de uma máquina sem vida. Por exemplo, sucede assim com a tese do crédito como factor de adaptação. Se se considera o crédito como uma etapa superior e natural da troca, ligada às contradições inerentes da troca capitalista, é impossível transformá-lo num “factor de adaptação” mecânico, com existência própria fora do processo global da troca; para mais é impossível considerar o dinheiro, a mercadoria, o capital, como “factores de adaptação” do capitalismo. Ora, o crédito é, ao mesmo nível do dinheiro da mercadoria ou do capital, um nó orgânico da economia capitalista em determinado estágio do seu desenvolvimento e, tal com os outros, constitui nesse estágio uma roda indispensável ao mecanismo da economia capitalista e é, simultaneamente, seu elemento corrosivo porque conduz a um agravamento das suas contradições internas.

O mesmo sucede com as concentrações e com os meios de comunicação aperfeiçoados.

A mesma concepção mecânica e antidualéctica manifesta-se na ideia de Bernstein de que a cessação das crises é um sintoma “da adaptação” da economia capitalista. Para ele, as crises reduzem-se a desordens produzidas no mecanismo da economia; se as desordens param o mecanismo, recomeça o movimento. Ora, de facto, as crises não são desordens no sentido exacto da palavra, ou melhor, são desordens mas sem as quais a economia capitalista não se poderia desenvolver. Se é verdade que as crises constituem – dizemo-lo esquematicamente – o único método possível no interior do capitalismo, portanto normal, de corrigir periodicamente o desequilíbrio existente entre a capacidade ilimitada de expansão da produção e os limites estreitos do mercado, então as crises são manifestações orgânicas inseparáveis do conjunto da economia capitalista.

É sobretudo a ausência de desordens no desenvolvimento da produção capitalista que contém em si perigos mais graves que as próprias crises. É a constante baixa da taxa de lucro, resultante não da contradição entre a produção e a troca mas do aumento da produtividade do trabalho, que ameaça tornar impossível a produção aos pequenos e médios capitais, arriscando-se a limitar, dessa maneira, a criação de novos investimentos, a travar a sua expansão. As crises, outra consequência do mesmo processo, têm precisamente por efeito, ao depreciarem periodicamente o capital, o abaixamento do preço dos meios de produção e, paralisando uma parte do capital activo, aumentar o lucro, criando por isso mesmo condições para novos investimentos e uma nova extensão da produção. Surgem como um meio de incentivar o desenvolvimento capitalista. Se param (não em determinados momentos, quando o mercado mundial se desenvolve, mas se deixam de existir de facto) , a sua desapareição, em vez de favorecer o impulso da economia capitalista, como pensa Bernstein, provocaria, pelo contrário, o seu afundamento. Com a rigidez mecânica que caracteriza toda a sua teoria, Bernstein esquece, ao mesmo tempo, a necessidade das crises e da periodicidade de novos investimentos de pequenos e médios capitais. Por isso o permanente renascer dos pequenos capitais parece-lhe um sinal de paragem do desenvolvimento capitalista e não, como é o caso, do desenvolvimento normal do capitalismo.

A única perspectiva em que todos os fenómenos mencionados surgem efectivamente tais como os apresenta a teoria da adaptação, é a do capitalista isolado. Nessa perspectiva, os factos económicos aparecem deformados pelas leis da concorrência e reflectem-se na consciência do capitalista individual. Este considera cada fragmento orgânico do todo económico como um todo independente, vê apenas os efeitos. sobre si, capitalista isolado e, por consequência, considera-os como simples “desordens” ou simples “factores de adaptação”. Para o capitalista isolado, as crises são efectivamente simples desordens cuja desapareição lhe possibilitará uma dilatação do prazo de existência. Para ele, o crédito é um meio de adaptar as suas forças de produção insuficientes às necessidades do mercado. Para ele, a concentração a que adere suprime efectivamente a anarquia.

Numa palavra, a teoria da adaptação de Bernstein não é mais que uma generalização teórica do ponto de vista do capitalista isolado; ora esse ponto de vista traduz-se em teoria na economia burguesa vulgar. Todos os erros económicos dessa escola baseiam-se exactamente num mal-entendido pelo qual os fenómenos da concorrência, considerados na, perspectiva do capital isolado, passam por consequências do todo da economia capitalista. Tal como faz Bernstein para o crédito a economia vulgar ainda, por exemplo, considera o dinheiro como um engenhoso “meio de adaptação” às necessidades de troca. Procura igualmente nos próprio fenómenos capitalistas um antídoto contra os males capitalistas. Acredita, como Bernstein, na possibilidade de uma regularização da economia capitalista. Acredita nas possibilidades de atenuação das contradições capitalistas e no disfarçar das mazelas da economia capitalista; por outros termos, a sua tentativa é reaccionária e não revolucionária, dependente da competência da utopia.

Pode definir-se e resumir-se a teoria revisionista pelas seguintes palavras: É uma teoria do afundamento do socialismo, fundamentada na teoria da economia vulgar do afundamento do capitalismo.

Parte II

1. O Desenvolvimento Económico e o Socialismo ⁵

A maior conquista da luta da classe proletária, no decurso do seu evoluir, foi descobrir que a realização do socialismo encontra apoio nos fundamentos económicos da sociedade capitalista. Até esse momento o socialismo que era um “ideal”, objecto dos sonhos milenários da humanidade, tornou-se uma necessidade histórica.

Bernstein contesta a existência, na sociedade actual, desses fundamentos económicos do socialismo. A sua argumentação sobre este assunto sofreu uma evolução deveras interessante. A princípio, na *Neue Zeit*. constava simplesmente a rapidez do processo de concentração industrial e baseava-se numa comparação dos números de estatística profissional na Alemanha de 1895 e de 1882. Para poder adaptar esses resultados aos seus fins, foi obrigado a recorrer a procedimentos sumários e mecânicos. Mas, mesmo na melhor das hipóteses, Bernstein, demonstrando a sobrevivência tenaz das empresas médias, não podia enfraquecer minimamente a análise marxista. O marxismo não implica, como condição para a realização do socialismo, nem um certo ritmo de concentração industrial, quer dizer um prazo determinado para a realização do objectivo final do socialismo, nem, como o demonstramos, a desapareição absoluta dos pequenos capitais, ou por outras palavras, a desapareição da pequena burguesia.

Seguidamente, Bernstein fornece, no seu livro, novo material comprovativo, a saber: a estatística das sociedades por acções que, segundo ele, deveria demonstrar que o número de accionistas cresce constantemente e por consequência, a classe capitalista, em vez de diminuir numericamente, aumenta. É espantoso verificar até que ponto Bernstein conhece pouco os documentos existentes e como os utiliza mal na defesa da sua tese!

Se tinha procurado, fundamentando-se nas sociedades por acções, provas contra a lei marxista do desenvolvimento industrial, deveria citar outros números totalmente diferentes. Qualquer pessoa que conheça a história das sociedades por acções na Alemanha, sabe que o

⁵ Esta parte não se refere já aos artigos mas ao livro de Bernstein “Die Voraussetzungen des Sozialismus und der Aufgaben der Sozial-Demokratie” As páginas que indicamos pertencem à edição alemã. (N. T.)

capital inicial por empresas diminui quase regularmente. Assim, antes de 1871, esse capital ascendia a cerca de 10,8 milhões de marcos, em 1871, não ultrapassava os 4,01 milhões de marcos, em 1873 – 3,8 milhões, de 1882 a 1887 menos de um milhão; em 1891 – 0,52 milhões e em 1892 ascendia a somente 0,62 milhões de marcos. Desde que esses números começaram a oscilar à volta de um milhão de marcos, chegaram mesmo a descer dos 1,78 milhões em 1895 a 1,19 milhões de marcos no decurso do primeiro semestre de 1897 (Van der Borcht: Handwörterbuch der Staatswissenschaften, 1).

Eis os números espantosos: Bernstein podia deduzir toda uma tendência antimarxista do desenvolvimento, que seria a redução das grandes empresas e o retorno às pequenas empresas. Mas, neste caso, não importa o que se lhe poderia responder, porque essas estatísticas têm um valor de prova, deve-se provar que se reportam aos mesmos sectores da indústria; deve-se demonstrar que as pequenas empresas surgem em substituição das grandes empresas, e não em sectores onde predominem o capital familiar ou mesmo o artesanato ou ainda a empresa de minúsculas dimensões. Mas esta é uma prova que não se pode fazer, porque a substituição de inúmeras empresas médias ou pequenas por sociedade por acções só se pode explicar pela penetração, em novos sectores da produção, do sistema das sociedades por acções. É verdade que esse sistema, que inicialmente só se aplicava a um pequeno número de grandes empresas, adaptou-se progressivamente às médias e mesmo pequenas empresas (constatamos mesmo a constituição de sociedades por acções com menos de mil marcos de capital!).

Mas que significa, no plano económico, a cada vez maior utilização do sistema de sociedades por acções? Significa a socialização crescente da produção no interior do capitalismo, a socialização da grande, mas também da média ou pequena produção, por consequência qualquer coisa que não contradiz a teoria marxista mas, pelo contrário, a confirma da forma mais evidente.

Com efeito, se é necessário definir economicamente a produção das sociedades por acções, dir-se-á que esse fenómeno consiste em, por um lado, reunir um grande número de pequenas fortunas num grande capital de produção e, por outro, separar a produção da propriedade do capital; conseqüentemente, consegue ultrapassar de duas maneiras o modo de produção capitalista sem alterar os seus fundamentos capitalistas. Perante estes factos, o que significa a estatística citada por Bernstein do grande número de accionistas participando numa empresa? Prova simplesmente que hoje uma empresa capitalista não corresponde, como outrora, a um único proprietário do capital, mas a um número cada vez mais considerável de capitalistas e que, por consequência, a noção económica do “capitalista” não dissimula um indivíduo isolado, significa que o actual capitalista industrial é uma pessoa colectiva composta por centenas ou mesmo milhares de indivíduos, e que a própria categoria capitalista tornou-se, nos quadros da economia capitalista, uma categoria social, que se socializou.

Como explicar agora o erro de Bernstein que vê no fenómeno das sociedades por acções uma dispersão e não uma concentração do capital e que descobre uma extensão da propriedade capitalista onde Marx via muito pelo contrário, a “supressão dessa mesma propriedade?” Esse erro explica-se por uma confusão económica muito simples: para Bernstein a noção de capitalista abrange não uma unidade económica mas uma unidade fiscal e por capital não entende um factor de produção mas simplesmente uma certa fortuna em dinheiro. Por isso no exemplo que cita, o de um monopólio inglês siderúrgico, não vê a fusão de 12.300 indivíduos numa só pessoa colectiva, mas a de 12.300 capitalistas individuais; assim o seu engenheiro [Schulze](#) que recebeu do usufrutuário dos rendimentos Müller, à maneira de dote da mulher, “um grande número de acções” (p. 54) é a seus olhos um capitalista. É assim que todo o mundo lhe surge como um formigueiro de “capitalistas”⁶. Esta confusão herdada da economia vulgar serve de base teórica a Bernstein

⁶ Bernstein vê manifestamente na grande difusão das pequenas acções uma prova de que a riqueza social começa a deixar cair a sua chuva benfazeja sobre os desprotegidos. Com efeito, quem poderia, a não ser os pequenos-burgueses, ou mesmo os operários, comprar acções pela bagatela de uma libra esterlina ou de vinte marcos! Infelizmente esta hipótese assenta sobre um erro de cálculo: opera-se com o valor nominal das acções em lugar de se operar com o seu valor para o mercado, o que é completamente diferente. No que respeita ao mercado mineiro, tratou-se entre outras coisas das minas sul-africanas do Rand, das acções, tudo, como a maior parte dos valores mineiros de uma libra esterlina, ou seja de vinte marcos papel. Mas, já em 1899, elas custavam três fibras esterlinas (ver contas referentes ao final do mês

para uma “vulgarização” do socialismo. Transferindo a noção de capitalista da esfera de produção para a da propriedade e “falando de homens em vez de falar em empresários” (p. 53), Bernstein transfere, igualmente o socialismo do campo da produção para o campo das relações de fortuna; transforma as relações entre o capital e o trabalho em relações entre ricos e pobres.

Eis-nos atirados de Marx e Engels para o autor do Evangelho do pobre pecador, com a diferença que [Weitling](#), com um autêntico instinto proletário, via precisamente nesse antagonismo entre ricos e pobres os antagonismos de classe na sua forma primária, e pretendia fazer dele uma alavanca do socialismo; Bernstein vê a realização do socialismo pela transformação dos pobres em ricos, quer dizer, na atenuação dos antagonismos de classe; e aí compromete-se numa via pequeno-burguesa.

É verdade que Bernstein não se limita à estatística dos rendimentos. Fornece-nos igualmente estatísticas das empresas em Vários países: a Alemanha, a França, a Inglaterra, a Suíça, a Áustria e os Estados Unidos. O que valem essas estatísticas? Não compara esses números dos diferentes períodos em cada país, mas de cada período nos diferentes países, não compara por consequência – à excepção da Alemanha onde retorna à velha comparação entre os anos 1895 e 1882 – a estatística de um determinado país em épocas diferentes, mas unicamente números absolutos para os diferentes países (para Inglaterra em 1891, para a França em 1894 e para os Estados Unidos em 1890, etc.). Chega à conclusão de que se “a grande exploração ainda hoje domina efectivamente a indústria, mas já só representa, incluindo as empresas que dela dependem, mesmo num país tão desenvolvido como a Prússia, mais ou menos metade da população ocupada na produção”. O mesmo para a Alemanha, Inglaterra, Bélgica, etc.

O que demonstra não é evidentemente tal ou qual tendência do desenvolvimento económico, mas exclusivamente a relação absoluta entre forças de diferentes formas de empresas e de diferentes classes profissionais. Pretende provar dessa maneira a possibilidade de realizar o socialismo, mas a sua argumentação fundamenta-se na tese pela qual o que decide a resultante da batalha social é a relação entre as forças numéricas materiais dos elementos que se defrontam; por consequência, a única violência. Bernstein que anteriormente invectivara de todas as maneiras o blanquismo, cai no mais grosseiro erro blanquista. Com a diferença que os blanquistas que são de tendência social-revolucionária, partem do postulado da possibilidade de realização económica do socialismo e baseiam nesse postulado as hipóteses de vitória de uma revolução violenta, mesmo que levada a efeito por uma minoria; Bernstein, ao contrário conclui que uma maioria numérica insuficiente do povo conduz à impossibilidade da realização económica do socialismo. A social-democracia não espera realizar o seu objectivo final pela violência vitoriosa de uma maioria, e muito menos de uma superioridade numérica da maioria; é a necessidade económica – e a consciência dessa necessidade que conduzirá ao derrubamento do capitalismo pelas massas populares. A expressão mais visível dessa necessidade é a anarquia capitalista.

Quanto a esse problema fulcral da anarquia na economia capitalista, o próprio Bernstein não nega as grandes crises gerais mas nega as crises parciais ou nacionais. Ao fazê-lo contesta que haja muita anarquia. Admite a existência de uma certa anarquia. É, para Bernstein, na economia capitalista como, para citar Marx, essa virgem louca com o seu filho “que era muito pequeno”. Mas o azar é que num assunto desta natureza, muita ou pouca anarquia tudo vai dar rigorosamente ao mesmo. Se Bernstein admite a existência de um pouco de anarquia, o mecanismo da economia-mercantil provoca automaticamente a expansão monstruosa dessa anarquia – até ao afundamento do sistema. Mas, se Bernstein espera que, enquadrada nessa economia mercantil, essa pouca anarquia dê lugar à ordem e à harmonia, cai num dos erros fundamentais da economia burguesa vulgar, considerando o modo de troca independente do modo de produção.

Não pretendemos demonstrar aqui, em toda a sua extensão a espantosa confusão que Bernstein manifesta no seu livro sobre os mais elementares princípios de economia política. Mas

de Março), ou seja não vinte mas 860 marcos! O mesmo acontece por todo o lado. Na realidade, as pequenas acções são, embora tenham um aspecto bastante democrático, “uma boa segurança sobre a riqueza social” de características absolutamente burguesas e não pequeno-burguesas ou proletárias, pois apenas uma pequena minoria de accionistas consegue comprá-las pelo seu valor nominal.

há um ponto a tratar sobre a questão fundamental da anarquia capitalista que devemos esclarecer rapidamente.

Bernstein declara que a lei do valor-trabalho de Marx é uma simples abstracção; esse termo, em economia política, tem claramente, para ele, o valor de uma injúria. Ora, se o trabalho é uma simples abstracção, “uma construção do espírito”, todo o cidadão normal, tendo cumprido o serviço militar, pagando regularmente os seus impostos, tem o mesmo direito que Marx de inventar uma patetice qualquer para fazer uma “construção do espírito” semelhante à lei do valor. “Marx tem tanto o direito de abstrair das qualidades da mercadoria para as transformar em simples encarnações de quantidade de trabalho humano, como os economistas da escola de [Boehm](#) – [Jevons](#), em abstrair de todas as qualidades das mercadorias, considerando apenas a sua utilidade”.

Por consequência, o trabalho social de Marx e a utilidade abstracta de [Menger](#), são em sua opinião equivalentes, por serem dois casos de pura abstracção. Mas Bernstein esquece completamente que a abstracção de Marx não é uma invenção pura e simples, mas uma descoberta, saída não da cabeça de Marx, mas da economia mercantil. cuja existência não é imaginária, mas tem existência social real que pode ser retalhada, pesada e ter um valor atribuído em dinheiro. O trabalho humano abstracto que Marx descobriu não ser mais que dinheiro sob forma evoluída, é uma das descobertas mais geniais de Marx. No pólo oposto, para toda a economia política burguesa, do primeiro dos mercantilistas ao último dos clássicos, o dinheiro manteve o seu carácter místico que o transformou num enigma insolúvel.

A ideia da utilidade abstracta, acarinhada por Boehm e Jevons, é de facto e efectivamente uma construção do espírito, ou melhor, uma construção do nada intelectual, uma patetice de que não se pode responsabilizar nem a sociedade capitalista nem qualquer outra sociedade humana, mas exclusivamente a própria economia burguesa vulgar. Com essa maravilhosa “construção do espírito”, Bernstein, Boehm e Jevons e toda a comunidade mística, podem continuar ainda, por mais uns vinte anos, perfeitamente tranquilos frente ao mistério do dinheiro, e não descobrirão mais do que já sabem todos os sapateiros: que o dinheiro é uma coisa “útil”.

Assim Bernstein impediu-se de compreender, por qualquer processo, a teoria marxista do valor. Ora é muito claro para todos os que conheçam um mínimo da doutrina económica de Marx, que sem a lei do valor, o conjunto do sistema é incompreensível. Sejam mais concretos: se não se compreende o carácter da mercadoria e da troca, a economia capitalista e as suas relações permanecem necessariamente misteriosas.

Por que artes mágicas conseguiu Marx penetrar nos segredos mais profundos de todos os fenómenos capitalistas, resolvendo-os com a introdução de problemas que os maiores investigadores da economia política burguesa, como Smith e Ricardo, nem sequer suspeitavam existir? Simplesmente porque concebeu a economia capitalista como um todo e um fenómeno histórico, cuja história se alongava não somente antes dela, como admitia totalmente a economia clássica, projectando-se ainda no futuro; é por ter considerado não apenas o passado, a economia feudal, mas também o futuro socialista. O segredo da teoria do valor em Marx, da sua análise do dinheiro, da sua teoria do capital, da taxa de lucro e por consequência de todo o sistema económico actual é a descoberta do carácter efémero e transitório da economia capitalista, do seu fundamento e por consequência – este é aqui o aspecto complementar – o objectivo final socialista. Sòmente porque Marx considerava a economia capitalista na sua qualidade de socialista, quer dizer, na perspectiva histórica, pôde decifrar os hieróglifos; e porque se colocava numa óptica socialista, para analisar cientificamente a sociedade burguesa, pôde formular os fundamentos científicos do socialismo.

É a partir do conhecimento de tudo isto que se torna necessário julgar as observações de Bernstein no fim do seu livro, onde se lamenta da “dualidade” “que se manifesta ao longo da obra monumental de Marx”, “dualidade no carácter da obra que, se por um lado, pretende ser um estudo científico, pretende, por outro, provar uma tese anterior à redacção do livro, tese que se fundamenta num esquema pré-estabelecido contendo já o resultado, e que deveria ser a conclusão do próprio estudo. O retorno ao Manifesto comunista (quer dizer, ao objectivo final socialista! R. L.) demonstra a existência de um lastro de utopismo na doutrina de Marx” (p. 77).

Classificando a dualidade teórica de Marx de “sobrevivência do utopismo”, Bernstein confessa infantilmente negar a dualidade histórica existente na sociedade burguesa, os antagonismos capitalistas de classe, confessa mesmo que o socialismo não passa a seus olhos de uma “sobrevivência do utopismo”. O “monismo”, a unidade de Bernstein, é a unidade do regime capitalista votado à eternidade, a unidade do socialista que renunciou ao objectivo final e vê na sociedade burguesa uma e inabalável a última etapa da evolução da humanidade.

Mas porque ignora a dualidade da estrutura económica do capitalismo, o germen do socialismo, precisa para salvar o programa socialista pelo menos na sua forma, de recorrer à construção idealista, exterior à evolução económica e fazer do socialismo, de fase histórica determinada da evolução social que é de facto um princípio abstracto.

O princípio do cooperativismo de Bernstein, com o qual pretende ornamentar a economia capitalista, essa magra decantação do objectivo final do socialismo, aparece como uma concessão da sua teoria burguesa feita não pelo futuro socialista da sociedade, mas pelo passado socialista de Bernstein.

2. Os Sindicatos, as Cooperativas e a Democracia Política

O socialismo de Bernstein tende, já o vimos, a fazer participar os operários na riqueza social, a transformar os pobres em ricos. Que caminho segue para aí chegar? Nos artigos publicados na *Neue Zeit* e intitulados “Problemas do socialismo”, só lhe fazia breves e muito vagas alusões. Em contrapartida no seu livro, fornece-nos todos os elementos desejáveis. O seu socialismo deve ser realizado por dois meios: pelos sindicatos ou, como diz, pela democracia económica e pelas cooperativas. Através dos primeiros quer suprimir o lucro industrial, pelos segundos o lucro comercial.

As cooperativas e sobretudo as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força do trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. Praticamente, isso traduz-se numa necessidade de intensificação do trabalho, de encurtar ou prolongar a sua duração conforme a conjuntura, de contratar ou dispensar a força do trabalho conforme as necessidades do mercado, numa palavra, praticar todos os métodos, sobejamente conhecidos, que permitam a uma empresa capitalista sustentar a concorrência das outras empresas. Daí uma cooperativa de produção ter a necessidade, contraditória para os operários, de se governar a si própria com toda a autoridade absoluta necessária e de os seus elementos desempenharem entre si o papel de empresários capitalistas. Dessa contradição morre a cooperativa de produção, na acepção em que se torna uma empresa capitalista ou, no caso em que os interesses dos operários são mais fortes, se dissolve. Estes são os factos. O próprio Bernstein os constata mas, visivelmente sem os compreender, pois vê, como a senhora Potter-Webb, na falta de “disciplina” a causa da falência das cooperativas de produção em Inglaterra. O que aqui recebe a qualificação superficial e linear de “disciplina” não passa do regime absoluto que é inerente ao capital e que os operários não podem, evidentemente, utilizar contra si próprios⁷.

Do que resulta que a cooperativa só pode assegurar a sua existência no seio da economia capitalista quando suprime, por um rodeio, a contradição que recebe entre o modo de produção e o modo de troca, subtraindo-se artificialmente às leis da livre concorrência. Só o pode fazer assegurando antecipadamente um mercado, um círculo constante de consumidores. A cooperativa de consumo fornece uma via. Eis a razão – é Bernstein que a revelada falência das cooperativas de produção autónomas, cuja existência só pode ser assegurada por uma cooperativa de consumo. Isto nada tem a ver com as cooperativas de compra e venda inventadas por Oppenheimer.

⁷ “As próprias cooperativas operárias de 'produção constituem a 'primeira brecha aberta no seio do antigo sistema. embora naturalmente na sua organização real reproduzam forçosamente todas as deficiências do sistema vigente”. (Marx, *Capital*, livro III, cap 27, t. XI, p. 287, trad. Molitor, Paris, Coste).

Verifica-se que a existência da cooperativa de produção liga-se, actualmente, à existência da cooperativa de consumo; do que resulta deverem as cooperativas de produção contentarem-se, no melhor dos casos, com pequenos mercados locais e limitarem-se aos produtos da primeira necessidade, de preferência, produtos alimentares. Todos os sectores mais importantes da produção capitalista: a indústria têxtil, mineira, metalúrgica, petrolífera, assim com as indústrias de construção de máquinas, de locomotivas e de navios estão antecipadamente excluídas da cooperativa de consumo e por consequência da cooperativa de produção. É por isso que, mesmo abstraindo do seu carácter híbrido, as cooperativas de produção não podem intervir numa reforma social geral, a realização geral implica a supressão do mercado mundial e o parcelamento da actual economia mundial em pequenos grupos de produção e de troca localizados; em suma: tratar-se-ia do retrocesso do capitalismo para a economia mercantil da Idade Média.

Mesmo nos limites da realização possível na sociedade actual, as cooperativas de produção seriam simples anexos das cooperativas de consumo; estas estariam no primeiro plano e apareceriam como a principal base da projetada reforma socialista. Por esse facto uma reforma socialista baseada no sistema das cooperativas abandona a luta contra o capital da produção, quer dizer, contra o sector fundamental da economia capitalista e contenta-se em dirigir os seus ataques contra o capital comercial, mais exactamente o pequeno e médio capital comercial. Só ataca os ramos secundários do tronco capitalista.

Quanto aos sindicatos que, na doutrina de Bernstein são o outro meio de lutar contra a exploração do capital, já demonstrámos que são incapazes de impor o domínio da classe operária no processo da produção e também no referente às dimensões de produção e seus processos técnicos.

Examinemos o aspecto puramente económico do problema, ao que Bernstein chama “a luta do salário contra o lucro”. Essa luta não se processa em abstracto, num espaço imaterial, mas no bem determinado quadro de leis dos salários que não pode destruir, mas somente realizar. Isso surge com clareza quando se examina o problema sob uma outra face e quando se traçam as coordenadas da questão da autêntica intervenção dos sindicatos. Bernstein atribui aos sindicatos uma missão particular na luta pela emancipação da classe operária: são eles que devem travar a luta contra a taxa de lucro industrial, transformando-a progressivamente em taxa de salário; ora os sindicatos não têm nenhum poder real para poderem iniciar uma política de ofensiva económica contra o lucro porque, na verdade, não passam de uma defesa organizada pela força do trabalho contra os ataques do lucro, expressão da resistência da classe operária contra a tendência opressiva da economia capitalista. E isto por duas razões:

1º. Os sindicatos têm por tarefa organizar-se no mercado da força do trabalho; mas a organização é constantemente ultrapassada pelo processo de proletarização das classes médias que trazem permanentemente para o mercado de trabalho novas recrutas.

2º. Os sindicatos propõem-se melhorar as condições de existência, aumentar a parte de riqueza social que vai para a classe operária; mas essa parte é constantemente reduzida, com a fatalidade de um fenómeno natural, pelo crescimento da produtividade do trabalho. Para nos apercebermos disso, não é necessário ser marxista, é suficiente ter tido uma vez nas mãos o livro de [Rodbertus](#) intitulado: “Zur Beleuchtung der Sozialen Frage” “Para esclarecer a questão social”. Devido a esses factores objectivos, que são a realidade da sociedade capitalista, as duas funções essenciais do sindicalismo transformam-se profundamente e a luta sindical é um autêntico trabalho de Sísifo. Esse trabalho de Sísifo é indispensável, se se quer que o operário receba a taxa de salário que lhe vem da situação conjuntural do mercado, que a lei capitalista se realize e que a tendência depressiva do desenvolvimento económico seja travada, ou mais exactamente, atenuada no seu efeito. Mas querer que os sindicatos consigam reduzir progressivamente o lucro em proveito do salário implica:

1º. Que cesse a proletarização das classes médias e o crescimento numérico da população operária.

2º. Que a produtividade do trabalho deixe de aumentar; no caso de essas condições sociais serem realizadas, tratar-se-ia ainda aqui – tal como para a economia cooperativa de consumo – de um retorno a uma economia anterior ao capitalismo.

Os dois meios com que Bernstein pretendia realizar a reforma socialista, a saber, cooperativas e sindicatos, revelam-se totalmente incapazes de transformar o modo de produção capitalista. Bernstein tinha disso consciência mais ou menos clara, mas encarava-os como meios de reduzir o lucro capitalista e de enriquecer os operários, o que equivalia a renunciar à luta contra o modo de produção capitalista e orientar o movimento socialista numa luta contra o modo de repartição capitalista. O próprio Bernstein definiu por várias vezes o seu socialismo como uma tentativa para introduzir um modo de repartição “justa”, “mais justa” (p. 51 do seu livro) e mesmo “ainda mais justa” (Vorwärts, 26 de Março de 1809).

É verdade que o ferrão que atrai para o movimento socialista as massas populares é o modo de repartição “injusta” do regime capitalista. Lutando pela socialização de toda a economia, a social-democracia testemunha simultaneamente a sua aspiração natural e o desejo de uma repartição “justa” da riqueza social. Mas aprendemos com Marx que o modo de repartição de uma determinada época é a consequência natural do modo de produção dessa época: por consequência, a social-democracia intensifica a sua luta não contra o sistema de repartição no quadro da produção capitalista, mas visa suprimir a própria produção mercantil capitalista. Numa palavra, a social-democracia quer estabelecer um modo de repartição socialista suprimindo o modo de produção capitalista, enquanto o método de Bernstein consiste, pelo contrário, em combater o modo de repartição capitalista na esperança de conseguir estabelecer progressivamente, por esse mesmo meio, um modo de produção socialista.

Em que fundamenta Bernstein a reforma socialista? Em algumas das tendências determinadas da produção capitalista? Não, porque: 1º. Nega essas tendências e 2º. conforme sabemos pelo que precede, encara a transformação socialista da produção como a consequência de uma transformação da repartição e não o inverso. Os fundamentos do socialismo de Bernstein não são de ordem económica. Depois de ter invertido por completo a relação entre o objectivo e os meios do socialismo, depois de ter destruído esse fundamento económico, não pode dar ao seu programa um fundamento imperialista, é obrigado a recorrer ao idealismo.

“Para quê fazer derivar o socialismo da opressão económica?”, escreve. “Para quê degradar a inteligência, o sentido da justiça, a vontade humana?” (Vorwärts, 26 de Março de 1899). Bernstein pretende que a mais justa repartição que deseja seja realizada não por uma necessidade económica opressiva, mas pela livre vontade do homem, ou melhor, porque a vontade não passa de um instrumento, pela consciência da injustiça através da ideia de justiça.

Voltamos, pois, ao princípio da justiça, desde há milénios velho cavalo de batalha onde cavalam os reformadores de todo o mundo, na falta de melhores meios históricos para o progresso, voltamos a esse Rocinante estafado no qual todos os D. Quixotes da história galoparam para a grande reforma do mundo, voltando perplexos e de orelhas caídas.

É este o socialismo de Bernstein, cujo fundamento social são as relações entre os ricos e os pobres, cujo conteúdo é o princípio das cooperativas, cujo objectivo é uma “repartição mais justa” e cuja legitimação histórica é a ideia de justiça. Com quanto mais força, espírito e brio, tinha Weitling defendido, há mais de cinquenta anos, essa espécie de socialismo! Certamente que o genial alfaiate ainda não conhecia o socialismo científico. Ora, para hoje, meio século mais tarde, pôr de pé a sua doutrina despedaçada por Marx e Engels, recoser os bocados e apresentá-los ao proletariado alemão como a última palavra da ciência é preciso outro alfaiate... mas já sem nada de genial.

Tal como os sindicatos e as cooperativas constituem o seu fundamento económico, o postulado político da teoria revisionista é o desenvolvimento crescente da democracia. As actuais explosões reaccionárias são, para o revisionismo, “sobressaltos” fortuitos e efémeros sem relevância na linha geral da luta operária. Para Bernstein, a democracia surge como uma etapa necessária da evolução da sociedade moderna. Que diz? Para ele, a democracia é, como para os teóricos burgueses do liberalismo, a lei fundamental da evolução histórica geral, para cuja realização devem tender todas as forças activas da vida política. Ora, nessa formulação absoluta, tal juízo é falso: trata-se de uma forma pequeno-burguesa e superficial de esquematizar os resultados de um período muito curto da história da burguesia, ou seja, os vinte e cinco ou trinta últimos anos. Se se examinar em pormenor a evolução da democracia na história e simultaneamente a história política do capitalismo, chega-se a uma conclusão diferente.

Encontramos a democracia nas mais diversas estruturas sociais: nas sociedades comunistas primitivas, nos Estados escravagistas da antiguidade, nas comunas da Idade Média. Do mesmo modo, encontramos o absolutismo e a monarquia constitucional nos mais diversos regimes económicos. Por outro lado, o capitalismo, desde as suas origens, no estágio da produção mercantil, fez nascer uma constituição democrática nas principais comunas da Idade Média; mais tarde, na sua forma mais evoluída, no período da produção manufacturada, encontrou na monarquia absoluta a forma política correspondente. Por fim, no estágio da economia industrial desenvolvida, produziu necessariamente, em França, a república democrática (1793), a monarquia absoluta de Napoleão I, a monarquia nobiliária da época da Restauração (1815-1830), a monarquia constitucional burguesa de Luís Filipe, de novo a república democrática, uma vez mais a monarquia de Napoleão III e, finalmente, pela terceira vez, a República. Na Alemanha, a única instituição verdadeiramente democrática, o sufrágio universal, não é uma conquista do liberalismo burguês, mas um instrumento que satisfaz, paralelamente, uma monarquia constitucional e semifeudal. Na Rússia, o capitalismo prosperou durante muito tempo sob o regime do absolutismo oriental sem que a burguesia tivesse manifestado o mínimo desejo de ver instaurada a democracia. Na Áustria, o sufrágio universal apareceu sobretudo como um meio de salvar a monarquia em decomposição. Na Bélgica, a conquista democrática do movimento operário, o sufrágio universal, é um resultado da fraqueza do militarismo e consequência da situação geográfica e política particular da Bélgica e sobretudo, esse “bocado de democracia”, foi conquistado, não pela burguesia, mas contra ela.

O desenvolvimento ininterrupto da democracia, que o revisionismo, à maneira do liberalismo burguês, considera a lei fundamental da história humana, ou pelo menos da história moderna, revela-se, quando bem examinado, uma miragem. Podem estabelecer-se relações universais absolutas entre o desenvolvimento do capitalismo e a democracia. O regime político é sempre o resultado de um conjunto de factores políticos internos e externos e no interior desses limites apresentam todas as graduações da monarquia absoluta à república democrática.

Devemos renunciar à formulação de uma lei histórica universal do desenvolvimento da democracia, mesmo no quadro da sociedade moderna: se olharmos para a fase actual da história burguesa, também constatamos, na situação política, a existência de factores que saem do esquema de Bernstein e conduzem, pelo contrário, ao abandono das conquistas obtidas pela sociedade burguesa.

Por um lado, as instituições democráticas – é um facto importante – chegaram ao fim da sua intervenção no desenvolvimento da sociedade burguesa. Na medida em que ajudaram a unificar os pequenos estados e contribuíram para a criação de grandes Estados modernos (Alemanha, Itália), esgotaram a sua utilidade. Entretanto o desenvolvimento económico acabou a obra de coesão interna dos Estados.

Podem fazer-se observações sobre toda a máquina política e administrativa do Estado, passando de um organismo feudal a um mecanismo capitalista. Essa transformação historicamente inseparável do desenvolvimento da democracia está hoje tão completamente terminada que os componentes puramente democráticos da sociedade, o sufrágio universal, o regime republicano, podem ser suprimidos sem que a administração, as finanças, a organização militar pudessem retornar às formas anteriores à Revolução de Março de 1848, na Alemanha.

Constata-se que o liberalismo se torna inútil para a sociedade burguesa, chegando mesmo a entrar o seu desenvolvimento. É necessário mencionar dois factores que dominam toda a vida política dos Estados actuais: a política mundial e o movimento operário – um e outro são aspectos diferentes da fase actual do capitalismo.

Devido ao desenvolvimento da economia mundial, ao agravamento e generalização da concorrência no mercado mundial, o militarismo e as forças navais, instrumentos da política mundial, tornam-se um factor decisivo na vida interna e externa dos grandes Estados. No entanto, se a política mundial e o militarismo representam uma tendência ascendente da fase actual, do capitalismo, a democracia burguesa deve entrar, logicamente, na sua fase descendente. Na Alemanha, a era dos grandes armamentos, que data de 1893, e a política mundial iniciada pela tomada de Kiao-Tchou, encontrou compensação em dois sacrifícios pagos pela democracia-burguesa: a decomposição do liberalismo e a passagem do Partido do Centro para a oposição. As

últimas eleições para o Reichstag, em 1907⁸, que se desenrolaram sob o signo da política colonial alemã, marcam o enterro histórico do liberalismo alemão.

A política exterior atira a burguesia para os braços da reacção – mas a política interna também a empurra através da ascensão da classe operária. Bernstein reconhece-o: para ele a história dos fantasmas da social-democracia, ou seja, a orientação socialista da luta operária é responsável pela traição da burguesia liberal. Aconselha o operariado, para recuperar o liberalismo assustado e afastá-lo do redil da reacção onde se refugiou, a abandonar o objectivo último do socialismo. Fazendo do abandono do socialismo uma condição primeira das premissas sociais da democracia burguesa, demonstra clara e simultaneamente que a democracia contradiz a actual orientação interna da evolução social e que o movimento operário é uma resultante directa dessa orientação.

Mas ainda prova outra coisa: pretende que a condição essencial de uma ressurreição da democracia burguesa é o abandono, pela classe operária, do seu objectivo fundamental; e por isso mesmo demonstra pelo inverso a falsidade da sua afirmação segundo a qual a democracia burguesa é condição indispensável do movimento e da vitória socialista. Aqui, a argumentação de Bernstein entra num círculo vicioso: a sua conclusão nega as próprias premissas.

Para sair desse círculo vicioso, é suficiente reconhecer a quem o liberalismo burguês vendeu a alma, assustado pela evolução do movimento operário; concluir-se-á que o movimento operário socialista é, actualmente, o único sustentáculo da democracia, não existindo nenhum outro. Verificar-se-á, então, que não é a sorte do movimento socialista que está ligada à democracia burguesa, mas, pelo contrário, é a democracia que se encontra ligada ao movimento socialista. Verificar-se-á que as oportunidades da democracia não se ligam à renúncia da classe operária à luta pela sua emancipação, mas, pelo contrário, ao facto de o movimento socialista ser suficientemente forte para combater as consequências reaccionárias da política mundial e da traição da burguesia.

Quem desejar o reforço da democracia desejará o reforço e não o enfraquecimento do movimento socialista; renunciar à luta pelo socialismo é renunciar simultaneamente ao movimento operário e à própria democracia.

3. A Conquista do Poder Político

A sorte da democracia está ligada, já o verificamos, à sorte do movimento operário. Mas a evolução da democracia terá tornado supérflua ou impossível uma revolução proletária visando a conquista do poder do Estado, a conquista do poder político?

Bernstein resolve este problema sopesando cuidadosamente os aspectos negativos da reforma legal e da revolução, mais ou menos como se estivesse a pesar pimenta ou canela numa cooperativa de consumo. No caminho legal, vê a ação da razão, no revolucionário, a do sentimento, no trabalho reformista, um método lento, na revolução, um método rápido de progresso histórico; na legalidade, uma força metódica, na insurreição, uma violência espontânea.

É de facto por demais conhecido que o reformador pequeno-burguês vê em tudo um lado “bom” e um lado “mau” e que anda por todos os caminhos. É também um fato bem conhecido que o curso real da história não se inquieta absolutamente nada com as combinações pequeno-burguesas e deita abaixo os andaimes bem construídos e os seus melhores cálculos, sem considerar os “lados bons” das coisas, tão bem escolhidos na mistura.

De facto, na história, a reforma legal ou a revolução põem-se em marcha por motivos mais poderosos que o cálculo das vantagens ou dos inconvenientes comparados entre os dois métodos.

Na história da sociedade burguesa, a reforma legal teve por efeito reforçar progressivamente a classe ascendente até se sentir suficientemente forte para tomar o poder

⁸ As eleições para o Reichstag de Janeiro de 1907 foram designadas por “eleições dos Hottentots”: tiveram lugar no fim das sangrentas guerras coloniais contra os Héreros e os Hottentots e foram marcadas por um certo retrocesso social-democracia, que perdeu um grande número de lugares. A propaganda governamental conseguiu, no decorrer da campanha eleitoral, promover a união dos partidos burgueses e conservadores contra o S. P. D. (N. T.)

político, deitar abaixo o sistema jurídico e construir um novo. Bernstein, condena os métodos de conquista do poder político, censurando-os por retomarem as teorias blanquistas da violência, contribuição prejudicial do blanquismo ao que, desde há anos, é o eixo e a força motriz, da história humana. Desde que existem sociedades classistas e que a luta de classes constitui o motor essencial da história. a conquista do poder político foi sempre o objectivo de todas as classes ascendentes, assim como ponto de origem e ponto final de todo o período histórico. É o que constatamos nas longas lutas dos camponeses contra os financeiros e a nobreza na antiga Roma, nas lutas entre a nobreza e o clero e artesãos contra fidalgos na Idade Média, tal como da burguesia contra o feudalismo nos tempos modernos.

A reforma legal e a revolução não são métodos diferentes do progresso histórico que se possam escolher à vontade como se se escolhessem salsichas ou carnes frias para almoçar, mas factores diferentes da evolução da sociedade classista, que se condicionam e completam reciprocamente, excluindo-se, como, por exemplo, o pólo Norte e o pólo Sul, a burguesia e o proletariado.

Em cada época, a constituição legal é um simples resultado da revolução. Se a revolução é acto de criação política na história de classe, a legislação é a expressão, no plano político, da existência vegetativa e contínua da sociedade. O trabalho legal das reformas não tem nenhuma forma motriz própria, independente da revolução; só se realizará em cada período histórico na direcção que lhe foi impulsionada pela última revolução, e também durante o período de tempo em que essa impulsão se continuar a fazer sentir ou, para falar concretamente, exclusivamente no quadro da forma social originada pela última revolução. Estamos agora no centro do problema.

É inexacto e contrário à verdade histórica apresentar-se o trabalho de reforma como uma revolução diluída no tempo, e a revolução como uma reforma condensada. Uma revolução social e uma reforma legal não são elementos que se distingam pela sua duração, mas pelo seu conteúdo; todo o segredo das revoluções históricas, da conquista do poder político, reside precisamente na passagem de simples modificações quantitativas, numa nova qualidade ou, concretizando, na passagem de uma dada forma de sociedade a outra num período histórico.

Quem se pronuncie a favor da reforma legal, em vez do encontro do poder político e da revolução social, na realidade não escolhe uma via mais agradável, mais lenta e segura, conduzindo ao mesmo fim; mas tem um objectivo diferente; em vez de procurar edificar uma sociedade nova, contenta-se com modificações sociais da sociedade anterior. Assim, as teses políticas do revisionismo conduzem à mesma conclusão que as suas teorias económicas. Na essência, não visam realizar o socialismo, mas reformar o capitalismo, não procuram abolir o sistema do salariado, mas dosear ou atenuar a exploração, numa palavra: querem suprimir os abusos do capitalismo, mas não o capitalismo.

No entanto, o que acabamos de dizer das funções da reforma legal e da revolução não será unicamente válido para uma luta de classes passada?

Será tarefa da reforma legal, devido à evolução do sistema jurídico burguês, fazer passar a sociedade de uma fase histórica a outra? A conquista do poder do Estado pelo proletariado, não se terá tornado uma "frase vazia de sentido", como pretende Bernstein?

O contrário é que é verdade. O que distingue a sociedade burguesa das outras sociedades classistas, da sociedade antiga e da sociedade feudal? É o facto de o domínio de classe não repousar nos "direitos adquiridos" mas em verdadeiras relações económicas, no facto do salariado não ser uma relação jurídica mas uma relação puramente económica. Não se encontrará em todo o actual sistema jurídico nenhum estatuto legal de dominação de classe. Se existem traços, são sobrevivências da sociedade feudal, tal como o regulamento do estatuto da criadagem.

Então, como suprimir progressivamente a escravatura do salariado "pela via legal", se não se traduz em leis? Bernstein que pretende, por intermédio da reforma legal, abolir o capitalismo, encontra-se na mesma situação do polícia russo de [Ouspenski](#), que contava assim a sua aventura: "Rápídamente apanhei o brincalhão pelo colarinho! Mas que vejo? O miserável não tinha colarinho!" Eis o problema...

"Todas as sociedades anteriores se baseavam no antagonismo entre a classe opressora e a classe oprimida" (Manifesto Comunista). Mas, nas precedentes fases da sociedade moderna,

esse antagonismo traduzia-se em relações jurídicas bem determinadas; por esse facto, podia permitir, de certa maneira, um lugar para as novas relações no quadro das antigas. “Mesmo no apogeu da servidão, o servo era elevado à categoria de membro da comuna” (Manifesto Comunista). Como era isso possível? Pela progressiva supressão de todos os privilégios no domínio do território: dias de trabalho gratuito, direito de vestuário, taxas sobre herança, direito do melhor catel (direito que tinham os senhores de, pela morte do vassalo, escolher o melhor dos móveis do defunto), imposto pessoal, obrigar ao casamento, direitos de sucessão, etc., cujo conjunto constituía precisamente a servidão.

Mas, dessa maneira, o pequeno-burguês da Idade Média, conseguia igualmente “sob o jugo do absolutismo feudal, elevar-se à categoria de burguês” (Manifesto Comunista). Por que meios? Pela abolição parcial e formal ou pelo afrouxamento efetivo dos elos corporativos, pela transformação progressiva da administração das finanças e do exército.

Se se considera o problema em absoluto e não numa perspectiva histórica, pode-se, pelo menos, imaginar no quadro das antigas relações de classe, uma via legal, reformista, de passagem da sociedade feudal à sociedade burguesa. Na realidade demonstra-se que aí não foram as reformas legais que tornaram inútil a tomada do poder político pela burguesia, pelo contrário, serviram para a preparar e para a introduzir. Em regra, foi necessária uma revolução política e social para abolir a servidão e para suprimir o feudalismo. Hoje a situação é outra. Nenhuma lei obriga o proletariado a submeter-se ao jugo do capital, é a miséria e a falta de meios de produção que o constroem. Mas nenhuma lei do mundo pode dar-lhe esses meios de produção no quadro da sociedade burguesa, porque não foi uma lei, mas o desenvolvimento económico que o desapossara desses meios de produção.

Igualmente a exploração no interior do sistema salarial não se baseou em nenhuma lei, porque o nível dos salários não foi fixado por via jurídica, dependendo dos factores económicos. O próprio facto de a exploração não ter tido por origem uma disposição legal, tem um fundamento puramente económico, a saber, a força do trabalho é equivalente à situação da mercadoria, e mesmo mais que o valor consumido pelo operário para a sua subsistência.

Numa palavra, é impossível transformar as relações fundamentais da sociedade capitalista, que são as da dominação de uma coisa por outra, com as reformas legais que respeitarão o seu fundamento burguês; essas relações não são produto de uma legislação burguesa, não se encontram traduzidas em leis. Bernstein aparentemente ignora-o, pois propõe uma “reforma socialista”, mas reconhece-o implicitamente, quando escreve na pág. 10 do seu livro que o “motivo económico mascara hoje, tanto quanto antigamente era mascarada, toda a espécie de relações de dominação e de ideologia”.

Isto não é tudo. O regime capitalista tem uma característica particular; todos os elementos da sociedade futura, ao progredirem, em vez de se orientarem para o socialismo, pelo contrário, afastam-se. A produção tem um carácter cada vez mais social. Mas que carácter social? Ganha a forma de grande empresa, da sociedade por acções, da concentração, no seio das quais os antagonismos capitalistas, a exploração, a opressão da força do trabalho, se exasperam em extremo.

No exército, a evolução do capitalismo conduz à extensão do serviço militar obrigatório, à redução em tempo desse, serviço; parece que se tende para um sistema de milícia popular. Mas essa evolução efetiva-se dentro do militarismo moderno; a dominação do povo pelo Estado militarista manifesta-se claramente, assim como a índole de classe do Estado.

No campo da política, a evolução do sistema conduz, se o terreno é favorável, à democracia, à participação de todas as camadas da população na vida política, orientando-se, de qualquer maneira, para um “Estado popular” mas, dentro da situação do parlamentarismo burguês, onde os antagonismos de classe, muito longe de se resolverem, aparecem à luz do dia. A evolução do capitalismo oscila entre as contradições. Para libertar o núcleo socialista da ganga capitalista, é preciso que o proletariado conquiste o poder político e que o sistema capitalista seja totalmente destruído.

Dessas constatações, Bernstein conclui coisas totalmente diferentes, se é verdade que a evolução do capitalismo deve exasperar e não atenuar as contradições capitalistas. Então, a

“social-democracia deveria”, acreditando nisso, “não tornar a sua tarefa mais difícil, travando o caminho às reformas sociais e impedindo a extensão das instituições democratas” (p. 71). O que seria correto, se a social-democracia tivesse a preocupação pequeno-burguesa de escolher cuidadosamente os bons e os maus lados da história. Nesse caso, deveria, para ser conseqüente, “barrar o caminho”, a todo o capitalismo porque é o terrível criminoso que põe obstáculos ao socialismo. De facto, o capitalismo, pondo obstáculos ao socialismo, oferece-lhe as únicas possibilidades de realizar o programa socialista. Isto é igualmente válido para a democracia. A democracia é talvez inútil ou menos inquietante para a burguesia actual. Para a classe operária é necessária, digamos mesmo indispensável.

É necessária porque criou as formas políticas (auto-administração, direito de voto, etc.) que servirão ao proletariado como trampolim e sustentáculo na sua luta pela transformação revolucionária da sociedade burguesa. Mas também é indispensável porque é lutando pela democracia e exercendo os seus direitos que o proletariado terá consciência dos seus interesses de, classe e das suas tarefas históricas.

Numa palavra, a democracia é indispensável, não porque torne inútil a conquista do poder político pelo proletariado; pelo contrário, torna necessária e simultaneamente possível a conquista desse poder. Quando Engels, no prefácio à Luta de Classes em França, revia a tática do movimento operário moderno, opondo as barricadas à luta legal, não apontava – e cada linha do prefácio demonstra-o – ao problema da conquista do poder político, mas à luta quotidiana do momento. Não analisava a atitude do proletariado frente ao Estado capitalista no momento da conquista do poder, mas a sua atitude no interior do Estado capitalista. Em resumo, Engels dava directrizes ao proletariado oprimido e não ao proletariado vitorioso.

Em contrapartida, a célebre frase de Marx sobre a questão agrária em Inglaterra, de que Bernstein se serve como argumento – “regular-se-ia mais facilmente comprando os senhores da terra” – essa frase não se relaciona com a atitude do proletariado antes, mas depois da sua vitória. Porque só se pode falar em comprar as classes dominantes quando a classe operária está no poder. O que Marx encarava era o exercício pacífico da ditadura do proletariado e não a substituição da ditadura pelas reformas sociais capitalistas.

Marx e Engels nunca puseram em dúvida a necessidade da conquista do poder político pelo proletariado. Estava reservado para Bernstein considerar o pântano do parlamentarismo burguês como o instrumento chamado a realizar a transformação social mais formidável da história, quer dizer, a transformação das estruturas capitalistas em estruturas socialistas.

Expondo a sua teoria, Bernstein começa por exprimir simplesmente o receio de que o proletariado conquistasse excessivamente cedo o poder. Se isso acontecesse, uma tal acção, segundo Bernstein, conduziria a deixar a sociedade burguesa na situação em que está, e o proletariado sofreria uma terrível derrota. Esse receio mostra ao que se confina praticamente, a teoria de Bernstein: a aconselhar o proletariado, no caso das circunstâncias o levarem ao poder, a ir-se deitar. Mas, mesmo aí, essa teoria julga-se a si própria, revela-se como uma doutrina condenando o proletariado, nos momentos decisivos da luta, à inação, a uma traição passiva da sua própria causa.

Se o nosso programa não pode ser aplicável a todas as eventualidades ou a todos os momentos da luta, não passa de um mísero bocado de papel. Formulação global da evolução histórica do capitalismo, o nosso programa deve descrever, igualmente, nas suas linhas fundamentais, todas as fases transitórias dessa evolução e orientar em cada instante a atitude do proletariado na sua marcha para o socialismo. Pode-se concluir que não existe nenhuma circunstância em que o proletariado seja obrigado a abandonar o seu programa ou a ser abandonado por ele.

Concretamente isto quer dizer que não existe nenhum momento em que o proletariado, levado pelas circunstâncias ao poder, não possa, ou não esteja preparado para tomar certas medidas visando realizar o seu programa, medidas de transição para o socialismo. Afirmar que o programa socialista se pode revelar impotente numa fase qualquer da conquista do poder e incapaz de dar as directivas para a sua realização, é repetir a afirmação de que o programa socialista é, de um modo geral e sempre, irrealizável.

Mas se as medidas transitórias são prematuras?

Esta objecção revela uma série de mal-entendidos quanto à natureza real e ao desenrolar de uma revolução social. Primeiro mal-entendido: a conquista do poder político pelo proletariado, quer dizer, a grande classe popular, não se faz artificialmente. Excepto em casos excepcionais – como a Comuna de Paris, onde o proletariado não obteve o poder no fim de uma luta consciente, mas onde o poder lhe coube como herança que ninguém queria – a conquista do poder político implica uma situação política e económica que atingiu um determinado grau de maturidade. É esta a diferença básica entre os golpes de Estado, no estilo blanquista, levados a efeito por uma minoria actuante, desencadeados num momento qualquer e, de facto, sempre inoportunos, e a conquista do poder político pela grande massa popular consciente; uma tal conquista só pode ser o produto da decomposição da sociedade burguesa, contém em si própria a justificação económica e política da sua oportunidade.

Se se considerarem as condições sociais da conquista do poder, a revolução só se pode produzir prematuramente, só é prematura exclusivamente em função das consequências políticas quando se trata de conservar o poder.

A revolução prematura, espectro que povoa as noites de Bernstein, ameaçadora como a espada de Dâmocles, não pode ser esconjurada por nenhuma oração, nenhuma súplica, todas as angústias e transe são impotentes. E isso por duas razões muito simples.

Em primeiro lugar uma mutação tão formidável como a passagem da sociedade capitalista para sociedade socialista não se pode produzir de um salto, por um golpe feliz do proletariado. Imaginá-lo é fornecer mais uma

vez provas de concepções decididamente blanquistas. A revolução socialista implica uma luta longa, sustentada com obstinação no decorrer da qual e, muito provavelmente, por mais de uma vez, o proletariado ficará em desvantagem. Se se olhar o resultado final da luta global, o seu primeiro ataque terá sido prematuro: teria chegado cedo de mais ao poder.

Ora – e este é o segundo ponto – essa conquista “prematuro” do poder político é inevitável, porque esses ataques prematuros do proletariado são um factor, factor muito importante, da criação de condições políticas para a vitória definitiva; na realidade, é durante a crise política que acompanha a conquista do poder, durante longas e obstinadas lutas, que o proletariado adquirirá o grau de maturidade política que lhe permita obter a vitória definitiva da revolução. Assim esses assaltos “prematuros” do proletariado ao poder do Estado são, em si mesmos, factores históricos importantes, que contribuem para provocar e determinar o momento da vitória definitiva. Nessa perspectiva, a ideia de uma conquista “prematuro” do poder político pelos trabalhadores é um contra-senso que deriva de uma concepção mecânica da evolução da sociedade; uma tal concepção pressupõe para a vitória da luta de classes um momento fixo fora e independentemente da luta de classes.

Ora já vimos que o proletariado não pode fazer outra coisa além de apoderar-se “prematuro” do poder político, ou por outras palavras, só o pode conquistar uma ou várias vezes mais cedo para o conseguir conquistar definitivamente; por esse facto, opor-se a uma conquista “prematuro” do poder, resulta no opor-se, em geral, à aspiração de conquista do poder do Estado, pelo proletariado.

Todos os caminhos levam a Roma: chegamos logicamente, e mais uma vez, a esta conclusão: o conselho revisionista para se abandonar o objectivo final socialista é o abandono do movimento socialista no todo.

4. A Derrocada

Ao rever o programa socialista, Bernstein começa por abandonar a teoria do desmoronamento do capitalismo. Ora essa teoria é a pedra de fecho do socialismo científico. Rejeitando-a, Bernstein provoca necessariamente o desabamento de toda a sua concepção socialista. Ao longo da discussão, é obrigado, para sustentar a sua afirmação inicial, a abandonar sucessivamente, uma após outra, as posições socialistas.

Sem a derrocada do capitalismo, a expropriação do capitalismo é impossível. Bernstein renuncia a essa expropriação e coloca como objetivo do movimento operário a realização

progressiva do “princípio cooperativo”. Mas o sistema cooperativo só pode ser realizado no interior de um regime capitalista. Bernstein renuncia à socialização da produção e contenta-se em propor a reforma do comércio, o desenvolvimento das cooperativas de consumo.

Mas a transformação da sociedade através das cooperativas de consumo, mesmo com o apoio dos sindicatos, é incompatível com o desenvolvimento natural e efetivo da sociedade capitalista. Bernstein renuncia, portanto, à concepção materialista da história.

Mas a sua própria concepção do desenvolvimento econômico é incompatível com a teoria marxista da mais-valia. É por isso que Bernstein abandona a teoria marxista do valor e da mais-valia e, simultaneamente, toda a doutrina econômica de Marx.

Não pode haver luta proletária de classes sem um objetivo final determinado e sem base econômica na sociedade actual. Bernstein abandona a luta de classes e prega a reconciliação com o liberalismo burguês.

Entretanto, numa sociedade de classes uma tal reconciliação é um fenómeno natural e inevitável; Bernstein contesta, por fim, a própria existência de classes na nossa sociedade: a classe operária é para ele uma massa de indivíduos isolados e dispersos, não só política e intelectualmente, mas também economicamente. A burguesia, aglomerada politicamente por interesses econômicos, também não constitui, segundo ele, uma classe, e a sua coesão só é mantida por uma pressão exterior de cima ou de baixo.

Mas, se não existe fundamento econômico na luta de classes e, se se nega, no fim de contas, a própria existência de classes, afirma-se, por isso mesmo, a impossibilidade não só de uma luta futura do proletariado contra a burguesia, mas ainda a sua luta anterior. A própria social-democracia e os seus êxitos tornam-se totalmente incompreensíveis. Ou então explicam-se como o resultado da pressão política do governo; surgem não como uma consequência natural, histórica, mas como o resultado fortuito da política dos Hohenzollern; representam não os filhos legítimos da sociedade capitalista mas os bastardos da reacção. É assim que Bernstein passa, com uma lógica rigorosa, da concepção materialista da história para a do Frankfurter Zeitung ou do Vossische Zeitung.

Depois de ter abjurado de qualquer crítica socialista da sociedade capitalista, contenta-se em considerar satisfatório o sistema actual, pelo menos no seu conjunto. É um passo que Bernstein não hesita em dar; considera que na Alemanha de hoje, a reacção não é muito forte: “nos países da Europa Ocidental não se pode falar em reacção política”; pensa que em todos os países do Ocidente a “atitude das classes burguesas em relação ao movimento socialista é mais ou menos uma atitude de defesa e não de opressão” (Vorwärts, 26 de Março de 1899). Não existe pauperização, mas uma melhoria do nível de vida dos operários; a burguesia é politicamente progressiva e mesmo moralmente sã. Não se pode falar de reacção ou de opressão. Tudo é feito para melhorar o melhor dos mundos... Depois de ter dito o A, Bernstein é, lógica e consequentemente, levado a recitar todo o alfabeto. Começou por abandonar o objectivo final do movimento. Mas, como na prática não pode haver movimento socialista sem finalidade socialista, é obrigado a renunciar ao próprio movimento.

Toda a doutrina socialista de Bernstein se desmorona dessa maneira. A orgulhosa e admirável construção simétrica do sistema marxista é, para ele, um montão de escombros onde os destroços de todos os sistemas, os fragmentos do pensamento de todos os grandes e pequenos espíritos encontraram a vala comum. Marx e Proudhon, Leo von Buch e [Frantz Oppenheimer](#), [Friedrich-Albert Lange](#) e Kant, Prokopovitch e o doutor Ritter von Neupauer, [Herkner](#) e Schulze-Gaevernitz, Lassalle e o professor Julius Wolff: todos contribuíram para o sistema de Bernstein. A cada um foi buscar o seu bocado. Que tem isto de espantoso? Abandonando a perspectiva de classe, perdeu todo o ponto de referência marxista; renunciando ao socialismo científico perdeu o eixo de cristalização intelectual em torno do qual os factos isolados se agrupavam num conjunto orgânico de uma concepção coerente do mundo.

Esta doutrina composta por fragmentos de todos os sistemas possíveis, sem distinção, pode parecer, à primeira vista, uma abordagem livre de preconceitos. Com efeito, Bernstein não quer ouvir falar numa “ciência de partido” ou, mais precisamente, de uma ciência de classe, de um

liberalismo de classe ou de uma moral de classe. Julga representar uma ciência abstracta, universal, humana, um liberalismo abstracto, uma moral abstracta.

Mas a sociedade real compõe-se de classes com interesses, aspirações, concepções diametralmente opostas e de uma ciência humana universal no campo social. Um liberalismo abstracto, uma moral abstracta são a consequência da fantasia e da utopia pura. O que Bernstein julga ser a sua ciência, a sua democracia, a sua moral universal, tão impregnada de humanismo, é simplesmente a moral da classe dominante, quer dizer, a ciência, a democracia e a moral burguesas.

Na realidade, negar o sistema económico marxista e converter-se às doutrinas de Bernstein, Boehm-Jevons, Say, Julius Wolff, não será trocar a base científica da emancipação da classe operária pela apologética da burguesia? Evocando o carácter universalmente humano do liberalismo, degradando o socialismo até o transformar numa caricatura, Bernstein retira ao socialismo o seu carácter de classe, o seu conteúdo histórico, em resumo, todo o seu conteúdo; inversamente, faz da burguesia campeã do liberalismo na história, a representante do interesse universalmente humano.

Bernstein condena a excessiva importância atribuída “aos factores materiais” considerados como forças todas-poderosas da evolução, guerreia o “desprezo pelo ideal” da social-democracia; institui-se campeão do idealismo, da moral, enquanto, simultaneamente, se ergue contra a única fonte de conhecimentos morais para o proletariado, a luta de classes revolucionária; fazendo-o, acaba por pregar para as classes operárias o que é a quintessência da moral burguesa, a reconciliação com a ordem estabelecida e a transposição da esperança para a lei do universo moral. Por fim, reservando os ataques mais violentos contra a dialéctica, não estará a visar o modo de pensar específico do proletariado consciente, lutando pelas suas aspirações? Não será a dialéctica o instrumento que deve ajudar o proletariado a sair das trevas onde mergulha o seu futuro histórico, a arma intelectual que permite ao proletariado, ainda sob o jugo material da burguesia, triunfar, convencê-la de que está condenada a morrer, a provar-lhe a certeza infalível da sua vitória? Esta arma não terá desempenhado a sua obrigação no âmbito do espírito da revolução? Bernstein, abandonando a dialéctica, entrega-se ao jogo intelectual menor das fórmulas equilibradas tais como “sim, mas”, “por um lado, por outro lado”, “ainda que, contudo”, “mais ou menos”, adopta, logicamente, o modo de pensar histórico da burguesia decadente, modo de pensar que reflecte fielmente a sua existência social e a sua acção política. O jogo menor do equilíbrio político traduzido por fórmulas: “por um lado, por outro lado”, “sim, mas”, preciosas para a burguesia actual, encontra o seu fiel reflexo no modo de pensar de Bernstein; e o modo de pensar de Bernstein é o mais sensível e seguro sintoma da sua ideologia burguesa. Mas, para Bernstein, o termo burguês já não designa uma classe; é um conceito social universal. O que significa simplesmente – lógico até às suas últimas consequências, até ao último ponto colocado sobre o último i – que, abandonando a ciência, a política e o modo de pensar do proletariado, abandona igualmente a linguagem histórica do proletariado pela da burguesia. Porque por Bürger (burguês e cidadão) Bernstein entende sem diferenciações, burguês e proletário, homem em geral. É que efectivamente o homem é para ele o burguês, e a sociedade humana é idêntica à sociedade burguesa.

5. O Oportunismo na Teoria e na Prática

O livro de Bernstein teve para o movimento operário alemão e internacional uma grande importância histórica: foi a primeira tentativa para dar às correntes oportunistas da social-democracia uma base teórica.

Se considerarmos algumas manifestações esporádicas que aparecem à luz do dia – pensamos por exemplo na famosa questão da subvenção concedida às companhias marítimas⁹ – as tendências oportunistas no interior do nosso movimento vêm de longe. Mas somente em 1890 se esboçou uma tendência declarada e única nessa via: depois da abolição da lei de excepção contra os socialistas, quando a social-democracia reconquistou o terreno da legalidade. O

⁹ Foi em 1884 e em 1885 que se discutiu no Parlamento a questão da subvenção que Bismark pretendia conceder às companhias marítimas, em particular àquelas que faziam carreiras para as primeiras (ou futuras) colónias alemãs. As opiniões da social-democracia sobre este problema apresentaram-se bastante diversificadas. (N. T.)

socialismo de Estado à [Vollmar](#), a votação do orçamento na Baviera, o socialismo agrário na Alemanha do Sul, os projectos de [Heine](#) tendentes a instituir uma política mercantil, as opiniões de [Schippel](#) sobre a política alfandegária e sobre a milícia ¹⁰: essas são as principais etapas que demarcam a via, da prática oportunista.

O sinal distintivo do oportunismo era, na altura, a hostilidade à “teoria”. O que é natural porque a nossa “teoria” – quer dizer, os princípios do socialismo científico – limitam firmemente a acção prática em relação aos objectivos visados, aos meios de luta e, por fim, ao modo da própria luta.

Também os que só procuram resultados práticos têm um pendor natural para reclamar liberdade de manobra, quer dizer, separar a prática da “teoria”, torná-las independentes.

Mas, a cada tentativa de acção prática, a teoria cai-lhes sobre a cabeça: o socialismo de Estado, o socialismo agrário, a política de mercados, o problema da milícia, são outras tantas derrotas para o oportunismo. É por demais evidente que, para afirmar a sua existência contra os nossos princípios, essa corrente, muito logicamente, acabaria por organizar uma teoria própria, princípios próprios. Melhor que ignorá-los, tentar desacreditá-los e construir uma teoria própria. A teoria de Bernstein foi uma tentativa desse género. E vimos que no Congresso de Estugarda, todos os elementos oportunistas se agruparam à volta do pendão de Bernstein.

Se as diversas correntes do oportunismo prático são um fenómeno naturalíssimo, explicável pelas condições da nossa luta e pelo crescimento do nosso movimento, a teoria de Bernstein é, por outro lado, uma tentativa não menos natural para reunir essas correntes numa expressão teórica que lhe seja própria e entre em guerra com o socialismo científico. A doutrina de Bernstein serve de legitimação científica ao oportunismo e submete-o à prova do fogo. Como suporta o oportunismo essa prova? Já o vimos: o oportunismo não está à altura de construir uma teoria positiva que resista, um mínimo que seja, à crítica. Só é capaz de atacar alguns princípios isolados da doutrina marxista; mas, como essa doutrina constitui um edifício solidamente implantado, acaba por atacar todo o sistema, do último andar aos alicerces. O que prova que o oportunismo prático é incompatível, pela sua natureza e fundamentos, com o sistema marxista.

Isso prova igualmente que o oportunismo é incompatível com o socialismo em geral; a sua tendência intrínseca é orientar o movimento operário para a via burguesa, ou dito de outra maneira: paralisar completamente a luta de classes proletária. Sem dúvida que, se os considerarmos numa perspectiva histórica, a luta de classes proletária e o sistema marxista não são idênticos. Antes de Marx e independentemente dele, houve um movimento operário e diversos sistemas socialistas; cada um a seu modo e segundo as condições da época, traduziram no plano teórico as aspirações de emancipação da classe operária. Todas as componentes da doutrina de Bernstein se encontram em sistemas anteriores ao marxismo: um socialismo fundamentado em noções morais de justiça, a luta dirigida mais contra o modo de repartição da riqueza do que contra o modo de produção, uma concepção de antagonismos de classe reduzidos ao antagonismo entre ricos e pobres; a vontade de enxertar na economia marxista o sistema do “cooperativismo”. Ora, em seu tempo, eram teorias autênticas da luta de classes proletária, foram o alfabeto histórico onde o proletariado aprendeu a ler.

Mas depois da evolução da luta de classes e das suas condições sociais, uma vez abandonadas essas teorias e formulados os princípios do socialismo científico – não pode existir, pelo menos na Alemanha, outro socialismo que não seja o socialismo marxista, nem outra luta de classes socialista que não seja a da social-democracia. Retornar às teorias socialistas anteriores a Marx, não é apenas voltar ao b-a-ba, ao primeiro grande alfabeto do proletariado, é balbuciar o catecismo anacrónico da burguesia.

A teoria de Bernstein foi a primeira e a última tentativa para fornecer ao oportunismo uma base teórica. Dizemos, “última” porque com a doutrina de Bernstein, o oportunismo foi tão longe – negativamente na abjuração do socialismo científico e positivamente na confusão teórica, amálgama incoerente de todos os elementos disponíveis nos outros sistemas – que nada fica para

¹⁰ Votação do orçamento na Baviera: A partir dos anos 90 foi introduzida no partido socialista da Baviera a tradição de votar o orçamento do Land. Isto era contrário às tradições do Partido no seu conjunto: no Reichstag, os deputados socialistas recusavam todos os anos em bloco o orçamento.

lhe acrescentar. O livro de Bernstein marca o fim da evolução teórica do oportunismo, extraindo-lhe as últimas consequências.

A doutrina marxista não se limita a ser capaz de a refutar teoricamente, é a única capaz de explicar esse fenómeno histórico que é o oportunismo no interior da evolução do partido. A progressão histórica do proletariado até à vitória não é efectivamente uma coisa muito simples. A originalidade desse movimento reside no seguinte: pela primeira vez na história, as massas populares decidem realizar por si mesmas a sua vontade opondo-se a todas as classes dominantes; pela primeira vez, a realização dessa vontade é situada para além da sociedade actual, numa ultrapassagem dessa sociedade. A educação dessa vontade só se pode realizar numa luta permanente contra a ordem estabelecida e no interior dessa ordem. Reunir a grande

massa popular polarizada por objectivos situados para lá da ordem estabelecida, aliar a luta quotidiana com o projecto grandioso de uma reforma do mundo, é o problema que se põe ao movimento socialista e que deve nortear a sua evolução e progressão, é o cuidado em evitar dois escolhos: não deve sacrificar nem o carácter do movimento de massa, nem o objectivo final; deve evitar simultaneamente fechar-se numa seita e transformar-se num movimento reformista burguês; tem que se defender, ao mesmo tempo, do anarquismo e do oportunismo.

O arsenal teórico do marxismo, desde há meio século, que nos oferece, indubitavelmente, as armas capazes de evitar um e outro desses perigos opostos. Mas o nosso movimento é um movimento de massa e os perigos que o ameaçam não são uma invenção de cérebros individuais, mas produto de condições sociais; também a doutrina marxista não podia, antecipadamente, uma vez por todas, pôr-nos ao abrigo de desvios anarquistas e oportunistas: somente quando os desvios se traduzem na prática é que podem ser ultrapassados pelo próprio movimento – mas exclusivamente com o auxílio das armas fornecidas por Marx.

A social-democracia já ultrapassou o menor desses perigos, a doença infantil anarquista, com o “movimento dos independentes” ¹¹(11). Agora está a ultrapassar o segundo e mais grave desses males: a hidropisia oportunista.

Se se considerar a enorme expansão do movimento no decurso dos últimos anos e o carácter complexo das condições em que se deve travar a luta, assim como os objectivos que deve ter, era inevitável que num determinado momento se manifestasse uma certa flutuação: cepticismo quanto à possibilidade de atingir os grandes objectivos finais, hesitações quanto ao elemento teórico do movimento. O movimento operário não pode nem deve progredir de outra forma; os instantes de hesitação, de descrença, estão muito longe de surpreender os marxistas, pelo contrário, foram previstos e preditos desde há muito por Marx:

“As revoluções burguesas”, escrevia Marx, há meio século no seu Dezoito Brumário “como as do século XVIII, precipitam-se rapidamente de acontecimento em acontecimento, os seus efeitos dramáticos ultrapassam-se rapidamente, homens e coisas parecem engastados no brilho dos diamantes, o entusiasmo estático é a mentalidade quotidiana, mas têm uma vida curta. Atingem rapidamente o seu apogeu e um longo marasmo apodera-se da sociedade antes que ela aprenda a apropriar-se tranquilamente dos resultados do período tempestuoso. Inversamente, as revoluções proletárias, como a do século XIX, autocriticam-se permanentemente, interrompem a cada momento o seu curso, voltam ao que já parecia estar feito para o recomeçar de novo, zombam impiedosamente das suas insuficiências, das fraquezas e misérias das suas primeiras tentativas, parecem não abater o seu adversário que, tirando da terra novas forças, se endireita novamente, mais gigantesco, têm um medo constantemente renovado frente à imensidade infinita do seu próprio objectivo, até que seja atingida a situação que torna impossível qualquer recuo e que as próprias circunstâncias lhe gritem:

“Hic Rhodus, hic salta!”

“É aqui que está a rosa! É aqui que é preciso dançar!”

Tudo isto continua a ser verdade, mesmo depois de ter sido edificado o socialismo científico. O movimento proletário, mesmo na Alemanha, não se fez de repente socialista, faz-se

¹¹ O “movimento dos Independentes” foi iniciado pelo grupo dos “Junge” de tendências anarquistas, no interior do S. P. D. (N. T.).

um pouco em cada dia, faz-se corrigindo os desviacionismos opostos: o anarquismo e o oportunismo; um ou outro erro são fases do movimento considerado como um processus contínuo.

Nessa perspectiva não é a aparição de uma corrente oportunista que deve surpreender, é sobretudo a sua fragilidade. Tanto quanto se manifestou em ocasiões isoladas, a propósito da acção prática do partido, poder-se-ia imaginar que se apoiava numa base teórica séria.

Hoje, lendo os livros de Bernstein, a expressão teórica máxima dessa tendência, grita-se com estupefacção: Como? É tudo o que têm para dizer? Nem sombra de pensamento original! Nem uma ideia que o marxismo já não tivesse, há dezenas de anos, refutado, esmagado, ridicularizado, reduzido a pó! Bastou que o oportunismo começasse a falar para demonstrar que nada tinha para dizer. É isso que dá, para a história do partido, tanta importância ao livro de Bernstein.

Bernstein abandonou as categorias do pensamento do proletariado revolucionário, a dialéctica e a concepção materialista da história; ora é a elas que deve as circunstâncias atenuantes da sua mudança. Porque só a dialéctica e a concepção materialista da história podem mostrá-lo, com grande magnanimidade, tal como o foi inconscientemente: o instrumento predestinado que, revelando à classe operária um desfalecimento passageiro do seu ardor, a forçou a rejeitá-lo com um gesto de desprezo escarnecedor.

Tínhamos dito: o movimento torna-se socialista corrigindo os desviacionismos anarquistas e oportunistas que são uma consequência inevitável do seu crescimento. Mas ultrapassá-los não significa fazer tudo com toda aquela tranquilidade que agradaria a Deus. Ultrapassar a corrente oportunista actual significa rejeitá-la.

Bernstein termina o seu livro com um conselho ao partido: que ouse parecer o que é, quer dizer, um partido reformista, socialista e democrata. O partido, ou seja, o seu órgão supremo, o Congresso deveria, em nossa opinião, seguir esse conselho propondo a Bernstein, parecer o que é: um progressista democrata pequeno-burguês.

A primeira edição terminava com estes dois parágrafos que Rosa Luxemburg suprimiu por lhe parecer terem perdido oportunidade.

Índice de Nomes

BOEHM – Bawerk (1851-1914). Economista austríaco fundador da escola austríaca da utilidade marginal. Autor de *Kapital und Kapitalzins* (1884-1889), *Macht odur ökonomisches Gesetz* (1924-26).

HEINE – Wolfgang (1861-1944). Socialista alemão. Deputado no Reichstag. Redactor da revista *Sozialistische Monatshefte*, pertencia à ala direita do partido.

HERKNER – (1863-1932). Economista. Um dos representantes do «socialismo de cátedra» (*Kathedersozialismus*).

JEVONS – (1835-1882). Filósofo e economista inglês. Partidário da teoria da utilidade marginal. A Escola Marginalista recorria sistematicamente às matemáticas. (*Theory of Pratical Economy*, 1871).

LANGE – Friedrich Albert (1852-1875). Filósofo teórico do neo-kantismo. Defendeu algumas teorias do socialismo utópico.

MENGER – Carl (1840-1921). Economista austríaco. membro da escola de psicologia austríaca. Autor da teoria do “menor usufruto” que defendeu no *Principes d'economie politique* (1871) muito próximo das teorias de Jevons.

OPPENHEIMER – Frantz (1864-1943). Economista e sociólogo. Partidário do socialismo liberal. Via a origem da miséria no monopólio da propriedade da terra.

OUSPENSKI – (1843-1902). Escritor russo célebre por uma recolha de novelas “Os costumes da rua da desordem”. Representante do populismo em literatura.

PÉREIRE – Isaac (1806-1890) e o seu irmão Jacob (1800-1875), nasceram em Bordéus, introduziram-se no grupo de adeptos de Saint-Simon. Entusiasmaram-se com o caminho de ferro e contribuíram para a fundação do Crédit Mobilier, o que os colocou numa posição de encarniçada concorrência com Rothschild.

RODBERTUS – (1805-1875). Economista e homem político. De ideias liberais defendia a ideia de um socialismo de Estado. Na sua teoria da “quota parte decrescente do salário” sustentava que aos operários cabia uma parte decrescente do produto nacional. Para remediar propunha que o Estado fixasse de maneira autoritária e de uma vez para sempre essa quota-parte.

SCHIPPEL – (1859-1928). Pertenceu ao grupo revisionista. Redactor do Sozialistische Monatsefte, partidário de um certo protecționismo.

SCHMIDT – Conrad (morreu em 1932). Socialista alemão, economista. No fim do período da lei de excepção fez parte do grupo dos “Jovens” (ala anarquista do S. P. D.). Redactor do Vorwärts, mais tarde passou à tendência revisionista e colaborou no Sozialistische Monatshefte.

SCHULZE–GAEVERNITS – (1864-1943). Economista Autor do Zum Sozialen Frieden e de Imperialismus und englischer Frelhandel.

VOLLMAR – Georg von (1850-1922). Membro do S. P. D. Deputado no Reichstag. Desde 1891 defendia a ideia de um trabalho “positivo” de forma do Parlamento. Representante da ala reformista.

WEBB – Sidney. Economista inglês, um dos fundadores da Fabian Society (1889) e do hebdomadário The New Statesman (1913). Com a sua mulher Beatrice Potter-Webb, também economista, redigiu as obras The History of Trade-Unionism (1894) , Industrial Democracy (1897), etc.

WEITLING – Wilhelm (1808-1871). Socialista alemão. Alfaiate, organizou na Suíça, com os alemães emigrados, a “liga dos justos”. Na esteira das ideias de Fourier e, mais tarde, de Lamennais escreveu o Evangelho do pobre pecador (1845).